



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS

ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS LITERÁRIOS

ANA PAULA MACÁRIO ALVES

PERSPECTIVAS PÓS-COLONIAIS EM *O CORTIÇO*

CAJAZEIRAS – PB

2016

ANA PAULA MACÁRIO ALVES

PERSPECTIVAS PÓS-COLONIAS EM *O CORTIÇO*

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos Literários da Unidade Acadêmica de Letras do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Especialista em Estudos Literários.

Orientadora: Profa. Dra. Daise Lílian Fonseca Dias

CAJAZEIRAS – PB

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

A474p Alves, Ana Paula Macário
Perspectivas póscolonias em O cortiço / Ana Paula Macário Alves. -
Cajazeiras, 2016.
59p.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Daise Lílian Fonseca Dias.
Monografia (Especialização em Estudos Literários) UFCG/CFP, 2016.

1. Crítica literária. 2. O cortiço análise - literária. 3. Poscolonialismo.
4. Literatura. I. Dias, Daise Lilian Fonseca. II. Universidade Federal de
Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 82.09

ANA PAULA MACÁRIO ALVES

PERSPECTIVAS PÓS-COLONIAIS EM O CORTIÇO

Aprovada em 28/04/2016

BANCA EXAMINADORA

Daise Lílian Fonseca Dias

Profa. Dra. Daise Lílian Fonseca Dias - Orientadora

Elri Bandeira de Sousa

Prof. Dr. Elri Bandeira de Sousa - Examinador

Carlos Gildemar Pontes

Prof. Ms. Gildemar Pontes- Examinador

Prof. Dr. Marcílio Garcia de Queiroga- Suplente

“E o canto daquela guitarra estrangeira era um lamento choroso e dolorido, eram vozes magoadas, mais tristes do que uma oração em alto-mar, quando a tempestade agita as negras asas homicidas, e as gaivotas doidejam assanhadas, cortando a treva com os seus gemidos pressagos, tontas como se estivessem fechadas dentro de uma abóbada de chumbo.”

(Aluísio Azevedo)

A minha Família, pela cumplicidade, pela dedicação e,
sobretudo pelo amor a mim doado.

COM AMOR, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela magnitude do viver e a incomparável proteção.

À minha família pelo grandioso apoio e incentivo não só nos momentos fáceis, mas principalmente nos momentos difíceis da minha caminhada.

À minha estimada orientadora, Profa. Dra. Daise Lílian Fonseca Dias, pelo esforço e dedicação ao realizar as orientações e me instigar o gosto pelo viés teórico que escolhi.

Aos meus amigos, em especial: Ana Paula Martins, Gleydson Virgulino, Romário Cavalcante e José Cláudio, pelo laço sincero de amizade e por compartilharem comigo os sabores e dissabores dessa jornada. Às amigas Larissy Gonçalves e Rosiani Andrade pela ajuda e por dividirem comigo as intermináveis angústias do período de escrita da pesquisa, pela amizade gratuita também.

Aos professores da UAL\CFP\UFCG/ Cajazeiras, que plantaram e fizeram crescer cada vez mais em meu coração e em meu pensamento o gosto pelas facetas do universo literário, e que com um profissionalismo incomparável me proporcionaram um vasto conhecimento.

Aos meus colegas de curso pela presença em minha vida pessoal e acadêmica e pelas pertinentes trocas de conhecimento.

Aos meus colegas de trabalho pela compreensão e pelo esforço em ajudar-me nesse momento tão importante.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as perspectivas póscoloniais no romance *O Cortiço* (1890), do escritor Aluísio Azevedo. A validade desta pesquisa se justifica uma vez que ainda não são comuns estudos aprofundados sobre a literatura brasileira à luz das discussões propostas pelo viés crítico-teórico em foco, sobretudo o *corpus* desta pesquisa. Para melhor fundamentar o debate acerca de tais questões, serão utilizadas discussões de Said (2003), Loomba (1998), Bonnici (2000 e 2005), por exemplo, visto que este trabalho traçará um percurso histórico acerca dos termos colonialismo, imperialismo, raça, classe e discurso de forma mais ampla, exemplificando tais aspectos e suas representações em obras do acervo cultural e literário tanto internacional quanto nacional, estabelecendo paralelos significativos para a ilustração de padrões de semelhanças entre vozes da metrópole e da margem, ambas advogando em causa própria dialogando também, algumas vezes, com o campo de estudo das teorias feministas. Este estudo mostrará também obras subversivas sobre o novo espaço, isto é, o Brasil, produzidas no Brasil, por escritores portugueses e brasileiros, destacando estratégias discursivas para a denúncia de horrores impostos pelos invasores ao povo subjugado, no caso, negros e índios. No caso do romance de Azevedo, ele possui um caráter subversivo, no sentido de que criticar a inferiorização de povos colocados à margem e a suposta superioridade da raça branca, o que resultou em inúmeras formas de preconceito, assim como apresenta uma postura contrária aos horrores da escravidão.

PALAVRAS-CHAVES: Póscolonialismo, literatura, subversão, discurso.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the postcolonial perspectives in the Brazilian novel *O Cortiço* (1890), by Aluísio Azevedo. The importance of this research is justified since it is still not common studies about the Brazilian literature at the light of the discussions proposed by the critical-theoretical bias used here, especially about the *corpus*. In order to better support the discussions, it will be used the works of Said (2003), Loomba (1998), Bonnici (2000; 2005), for example, mainly because this research will show a historical timeline involving the terms colonialism, imperialism, race, class and discourse, providing examples such points and their representations in national and international literary works, in order to establish meaningful parallels that show patters of similarities among voices of the metropolis and those of the margin, both defending their causes, also taking into consideration aspects of the feminist theories. This study will also show subversive works about the new space, that is, Brazil, such as those of black people and Indians, works produced in Brazil, by Brazilian and Portuguese writers, highlighting discursive strategies to denounce the horrors imposed by the invaders to the subjected people. Azevedo's novel possesses a subversive nature in the sense that it criticizes the process of marginalization of peoples segregated at the margin of society and the so called white race superiority, what resulted in several ways of prejudice. His novel also questions the horrors of slavery.

KEY-WORDS: Postcolonialism, literature, subversion, discourse.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.PÓSCOLONIALISMO E LITERATURA.....	13
1.1 Aspectos da teoria póscolonial e a literatura brasileira.....	13
1.2 Feminismo e póscolonialismo.....	26
2. ALUISIO AZEVEDO E A REPRESENTAÇÃO DOS SUBALTERNOS.....	35
2.1 Perspectivas póscoloniais na literatura brasileira: o caso de Aluísio Azevedo.....	35
3. RELAÇÕES COLONIAIS EM <i>O CORTIÇO</i>.....	42
3.1 Visões narrativas e espaços coloniais.....	42
3.2 Relações de gênero.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58

INTRODUÇÃO

Analisar um romance de caráter extenso como *O Cortiço* (1890), constitui-se como uma tarefa árdua, mas ao mesmo tempo enriquecedora, uma vez que se explicita, por meio de um olhar mais aprofundado, a fortuna crítica que o mesmo oferece, abrindo espaço para inúmeras leituras, sob diferentes vieses. A crítica póscolonial se configura como uma abordagem extremamente significativa para o *corpus* escolhido, no sentido de que contribui para a compreensão do imperialismo e suas influências em relação à cultura, à política, à economia, e à história de sociedades que outrora foram colonizadas, oprimidas e silenciadas.

A relevância dessa pesquisa se dá pelo fato de que a literatura brasileira foi considerada ao longo da história como tributária da europeia, não sendo comuns análises de suas obras que enfoquem a perspectiva póscolonial. Inúmeras análises sob perspectivas diferentes podem ser encontradas quando se trata de *O Cortiço*. Algumas apontam seus olhares para a influência do meio no caráter humano, outras para as relações de trabalho, a homossexualidade, ou ainda a discriminação racial ou o feminismo em certos pontos. Todavia, considerando o aspecto póscolonial nenhum registro foi encontrado. Esse romance é, portanto, um instrumento de valorização da cultura nacional e um local de elucidação e construção da identidade brasileira após a retirada do imponente poder imperial.

Assim, o objetivo deste trabalho é analisar o romance de Aluísio Azevedo, *O Cortiço*, sob uma perspectiva póscolonial, dialogando com outros campos de estudo, como o feminismo. Far-se-á uma análise de como o autor se insere numa tradição de autores que retratam metrópole e colônia, assim como ele retrata os encontros e relações coloniais em seu romance. Além disso, será debatida a condição do sujeito colonizado tido como o “outro”, bem como a situação da mulher exposta à estrutura patriarcal e ao jugo colonial, o outro racial e a ideologia dominante de superioridade do europeu de pele branca.

Vale salientar que Estudos póscoloniais dão ênfase a uma abordagem analítica das literaturas dos povos colonizados, bem como à produção literária dos colonizadores. Tal abordagem se alia a diversas perspectivas de viés crítico como o feminismo, a linguística, a psicanálise, o marxismo, entre outras, levando em consideração conceitos como relações de poder, linguagem, opressão, representação, identidade etc. A análise de *O Cortiço* configura-se como póscolonial porque ressalta no contexto da obra a condição de outremização de povos cuja raça é considerada inferior (como os escravos e seus descendentes) e sua relação com o estrangeiro oriundo do centro imperial. Nesse sentido este trabalho se propõe fazer uma

reinterpretação dessa obra do cânone literário brasileiro, baseada num campo de estudos pouco permeado pela crítica literária brasileira.

Nesta pesquisa foi adotado o termo *póscolonial* ao invés de *pós-colonial* como comumente é usado, pelo fato de que a terminologia “pós” indica um sentido temporal que possui uma ideia de *após*, o que restringe o estudo das produções a um contexto situado após a investida imperial e colonial. Já o uso do termo sem o hífen abre possibilidade para textos de diversas ordens que abrangem toda a produção literária ou não de culturas subordinadas ao imperialismo e ao colonialismo desde os primórdios da colonização até os dias atuais.

O primeiro capítulo traz reflexões acerca de questões teóricas com o objetivo de situar o campo dos estudos póscoloniais e suas abrangências. Já que o romance analisado é de autoria brasileira e trata de relações entre os povos brasileiros e os da metrópole, serão debatidos no primeiro subtópico do primeiro capítulo aspectos da teoria póscolonialista e da literatura brasileira, dando ênfase à discussão de termos pertinentes a esse assunto como: colonialismo, imperialismo, raça, classe, o discurso colonial, os usos e sentidos do termo póscolonialismo. Para exemplificar serão citados exemplos da literatura brasileira que refletem os resquícios do imperialismo na cultura dos colonizados, assim como obras de autoria estrangeira que, assim como as nacionais, subvertem a ideologia e as relações de poder impelidas pelo dominador.

No segundo subtópico serão debatidos os laços existentes entre o discurso feminista e o póscolonial, evidenciando aspectos seus na literatura e no espaço não literário, mostrando sua relevância para a compreensão do contexto de povos que sofreram as demandas do sistema colonial e que, de certa forma, cada um ao seu modo, requerem a construção de sua identidade lutando pela descolonização. Além disso, serão mostradas obras brasileiras e estrangeiras que exemplificam tais aspectos.

No segundo capítulo o foco recairá sobre o autor de *O Cortiço*, Aluísio Azevedo. Serão discutidos pontos importantes que justificam sua inserção no universo de autores que criticam a opressão e as desigualdades de gênero, de classe, de raça. Para tanto, serão consideradas as suas influências no campo literário e fora dele, as características de suas obras como: personagens, principais temáticas, a escola literária a qual pertence, posicionamento histórico. Serão mencionadas as principais obras de Azevedo, sendo estas destacadas sob a perspectiva dos estudos póscoloniais.

O terceiro capítulo traz a análise de *O Cortiço* sob o olhar da vertente póscolonialista. Será analisada a maneira como Aluísio Azevedo representa no *corpus* em questão o contexto interno do Brasil e da sociedade brasileira quase 400 anos depois do

período colonial, revelando sua postura crítica em relação aos resquícios dessa empreitada imperialista. A análise enfatizará aspectos como a postura do narrador em relação a sua imparcialidade ou não, como ele retrata os personagens e as ações, qual a sua opinião crítica. As questões de espaço também ganharão destaque nesse capítulo, como eles são importantes para compreender a crítica feita pelo autor, como eles retratam metrópole e colônia, burguesia e proletariado. E por fim, serão exploradas e analisadas as questões de gênero presentes na obra, como se caracterizam as relações coloniais e patriarcais em consonância com a representação de mulheres e homens na obra. Serão analisados tipos de homens da metrópole e da colônia e os perfis distintos de mulheres que se subordinam ao poder imperial e patriarcal e outras que subvertem tais poderes.

Para a escrita desta pesquisa, alguns autores serão considerados, dentre eles pode-se citar: Said (2003 e 2011), Loomba (1998), Bonnici (2000 e 2005), Césaire (1978), Cashmore (2000), Guimarães (2005), Dias (2011), Bosi (2006), entre outros. A obra azevediana mostra-se extremamente atual no que diz respeito ao contexto de luta por reconhecimento social, pelo fim dos preconceitos raciais e classistas e pela descolonização.

1. PÓS-COLONIALISMO E LITERATURA

1.1 Aspectos da teoria pós-colonial e a literatura brasileira

Nas últimas décadas, as teorias sobre pós-colonialismo vêm analisando aspectos consideráveis na compreensão das relações de hierarquia, dominação e submissão de povos impostas pelo imperialismo, as quais deixaram resquícios de sua influência na cultura dos países colonizados até os dias atuais. Abordando os jogos de poder traçados pelo colonialismo, grandes escritores, tais como, Frantz Fanon e Aimé Césaire publicaram respectivamente *Pele negra, máscaras brancas* (1952) e *Discurso sobre o Colonialismo* (1955). Além deles, o relevo atual dos estudos pós-coloniais deve-se muito as publicações feitas por grandes autores, tais como: Chinua Achebe, Homi Bhabha, Gayatri Chakravorty Spivak, Frantz Fanon, Edward Said, Ngũgĩ wa Thiong'o, Derek Walcott, Jamaica Kincaid, Sara Suleri, E. K. Brathwaite, Ashcroft, Griffiths e Tiffin. No Brasil, a reflexão pós-colonialista é debatida, principalmente, por Thomas Bonnici.

Publicado em 1978, *Orientalism*, de autoria do palestino Edward W. Said marca a emergência dos estudos sobre literatura vista sob o viés pós-colonial no meio acadêmico e inaugura a crítica pós-colonial. Textos como esse e outros publicados pelos autores acima citados muito contribuíram para a compreensão das relações entre o europeu e aqueles a eles subjugados, afirmando a importância do estudo e debate dos textos literários, ou não, produzidos pela metrópole, assim como pela (ex) colônia.

Há algum tempo, o interesse pelos aspectos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais das sociedades advindas da confluência de diferentes culturas e marcadas pela dominação europeia e subalternidade de seus povos tem merecido uma maior preocupação por parte de intelectuais de diferentes áreas. Em linhas gerais, os estudos pós-coloniais têm por finalidade evidenciar o contexto de inferiorização e opressão a que muitas nações foram submetidas enquanto permaneciam subjugadas ao controle de culturas hegemônicas. Desta forma, tentam expor as experiências desses povos marginalizados submetidos às relações de poder resultantes do processo de colonização. Vale salientar que delimitar um campo teórico exato no qual se inserem os Estudos pós-coloniais é uma tarefa árdua, talvez nem mesmo possível, sobretudo porque a teoria pós-colonial mantém vínculos próximos com outras correntes teóricas, a exemplo disso a teoria feminista.

Para melhor compreender a teoria póscolonial, bem como as relações de alteridade (por parte do homem europeu - branco e cristão) e inferioridade (por parte do homem da colônia – em geral, de raças escuras e não-cristão) é necessário atentar para algumas definições de dois termos relevantes: Imperialismo e Colonialismo. Embora muitas vezes usados como sinônimos, cada um deles possui sua própria esfera.

Segundo Said (2011), se referir ao sentido da palavra Imperialismo é complexo já que esta palavra e ideia hoje são tão controversas, carregadas de todo tipo de questões, dúvidas, polêmicas e premissas ideológicas, o que torna difícil o uso do termo. O Imperialismo espalhou-se por uma grande extensão mundial lançando raízes profundas e influências consideráveis sobre os povos os quais manteve sobre seu jugo.

Said (2011, p. 42) usa o termo Imperialismo “para designar a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante”. Na busca pelo poder, expansão econômica e territorial, entre outros objetivos, muitas nações europeias que possuíam um papel privilegiado exerceram influência e controle sobre outros povos. A ascensão das metrópoles ocidentais provocou não só a acumulação de territórios, mas também cravou um vínculo entre metrópole e colônia. Os povos tornaram-se além de servos de uma nova cultura, mão de obra barata de países ávidos por aquisição de capital e nações cada vez mais rentáveis.

Michael Doyle *apud* Said (2011, pág. 42) afirma que :

O império é uma relação, formal ou informal, em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo é simplesmente o processo ou a política de estabelecer ou manter um império.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o crescimento da indústria europeia e do capital financeiro deve muito a dominação colonial mantida pelo império. Com o desenvolvimento das metrópoles industrializadas, os territórios controlados pela supremacia dominante ofereciam o suporte necessário para garantir a expansão do império o que fortalecia o imperialismo enquanto sistema global. A esses territórios dominados pelo poderio europeu dá-se o nome de colônia.

Em relação ao termo Colonialismo, Césaire (1978, 21) defende que:

[...] ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente; que uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a colonização-portanto, a

força- é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama o seu Hitler, isto é, o seu castigo.

Para Césaire, a colonização é um ato que desumaniza, despreza o homem da colônia, havendo lugar apenas para o trabalho forçado, a opressão, a dominação por parte das elites e a submissão dos povos colonizados. Ele afirma que: “É a minha vez de enunciar uma equação: *colonização= coisificação*” (CÉSAIRE, 1978, p. 25). É justamente isso o reflexo do colonialismo nas nações controladas pelo império, o homem (nativo) se transforma em uma “coisa”, um objeto nas mãos do dominador, um instrumento servil com finalidade única de proporcionar cada vez mais a acumulação de riquezas e poder por parte das potências europeias. Esquecendo-se, portanto, os seus valores, a sua cultura e sua moral, negando-lhe o direito de ser “HOMEM”, impondo-lhe apenas, assim como a colônia, o status de empreendimento contínuo.

De acordo com Bonnici (2005), o colonialismo consiste na opressão militar, econômica e cultural de um país sobre outro. Os interesses capitalistas levaram os impérios europeus a ocuparem territórios estrangeiros em busca de recursos e bens de outras pessoas (povos nativos) para fortalecimento de seu crescimento próprio. Outrossim, Said (2001) afirma que o colonialismo, quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes. Deste modo estas implantações empreendidas pelas potências europeias tinham o objetivo de, por meio do controle e da submissão dos habitantes nativos, expandir e manter a ascensão do poder e dos interesses políticos e econômicos da metrópole imperial.

Uma das formas de manutenção do poder estava na produção de textos literários por parte dos europeus, acerca das terras e povos colonizados. Assim, os textos de origem portuguesa escritos pelos europeus em terras brasileiras, por exemplo, constituem o que se convencionou chamar de literatura de informação. Eles são constituídos de relatos de viajantes e missionários estrangeiros que descreviam com o objetivo de informar à metrópole os aspectos da natureza, das riquezas e dos nativos brasileiros. Naturalmente que o faziam de uma perspectiva enviesada, desqualificando o nativo e sua terra e enaltecendo o europeu e seu continente.

Alguns dos textos que merecem destaque são: a *Carta de Pero Vaz de Caminha* ao rei D.Manuel (1500), o *Diário de Navegação* de Pero Lopes e Sousa e Martin Afonso de Sousa (1530), o *Tratado da Terra do Brasil* e a *História da Província de Santa Cruz a que*

Vulgarmente chamamos Brasil de Pero Magalhães Gândavo (1576), os *Tratados da Terra e da Gente do Brasil e a Narrativa Epistolar* do jesuíta Fernão Cardim (1583), o *Tratado descritivo do Brasil* de Gabriel Soares de Sousa (1587), os *Diálogos das Grandezas do Brasil* de Ambrósio Fernandes Brandão (1618), as cartas escritas pelos missionários jesuítas, o *Diálogo sobre a Conversão do Gentios* do Padre Manuel da Nóbrega, a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador (1627).

Os textos de Gândavo, por exemplo, descreviam as potencialidades da colônia brasileira, seus bens materiais, o clima favorável à plantação e a possibilidade de haverem pedras preciosas como ouro, prata etc. A descrição que faz dos indígenas e de sua linguagem impele ao nativo uma imagem negativa “[...] não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disso conta, nem peso, nem medido” (GÂNDAVO *apud* BOSI, 2006, p. 17). A visão de Gândavo dos habitantes da colônia, é comum ao colonizador português que inferioriza os nativos, chegando a descrevê-los num nível bestial, fazendo juízo desfavorável da cultura dos mesmos.

Os autores e definições acima elencados foram determinantes no que se refere às discussões sobre a distinção entre os termos colonialismo e imperialismo no contexto da relação Portugal-Brasil. A respeito das relações existentes entre ambos os termos, embora de modo geral, isto é, sem tratar especificamente do caso brasileiro, Cashmore (2000, p. 130) reitera:

Originário do latim *colônia* para cultivo (especialmente terra nova), este termo refere-se a práticas, teorias e atitudes envolvidas no estabelecimento e na manutenção de um império – sendo esta uma relação na qual um Estado mantém efetiva soberania política sobre um território tipicamente distante. Entre os vários significados do imperialismo – do latim *imperium* (comando ou domínio) -, está o desejo de adquirir colônias e dependências.

Considerando os aspectos históricos do colonialismo, nota-se que, em muitas partes do globo, as relações étnicas e raciais existentes na contemporaneidade são ainda produtos dos empreendimentos das metrópoles que exploravam e subjugavam países. Em detrimento dos interesses econômicos não apenas recursos materiais foram explorados e intercambiados, mas também recursos humanos. Além da presença do colonizador nas colônias, povos de outros países e, conseqüentemente, de outras raças e outras culturas foram trazidos como mão-de-obra escrava a fim de enriquecer ainda mais a metrópole. Foram essas conquistas que imprimiram padrões de desigualdades sociais e raciais que mantêm raízes até os dias atuais, como por exemplo, o fato de que durante os processos colonial e imperialista: “Crenças

racistas foram evocadas para justificar a ampla exploração – os nativos faziam parte de uma espécie subumana e não podiam almejar serem tratados de forma semelhante a seus senhores” (CASHMORE, 2000, p. 131). Esta questão é ilustrada em *O Cortiço*, a habitação coletiva reúne povos de diferentes nacionalidades, pode se observar a intensa relação entre estrangeiros e figuras coloniais como a escrava Bertoleza que ainda vive sob o jugo do regime de escravidão, fruto da colonização.

Assim, as construções sociais forjaram nas tensas relações humanas termos que designam determinadas características (físicas, culturais etc.) responsáveis por classificar os seres humanos em grupos distintos. São muitos os fatores que buscam uma elucidação para a enorme diversidade da espécie humana, raça, classe etc. No âmbito das relações coloniais, o fator raça influenciou significativamente no que concerne às posições ocupadas por colonizador e colonizado, uma vez que a sua operacionalidade na cultura e na vida social gerou uma noção desigual de superioridade atribuída aos brancos e de inferioridade relacionada aos negros. O termo raça, por exemplo, é empregado de diferentes maneiras, às vezes abordando fatores genéticos, outras, fatores sociais.

De acordo com Guimarães (2005, p. 02):

Quando uso os termos “raça” ou “raciais” refiro-me a formas de identidade social ou formas de classificação dos indivíduos em coletivos, baseadas em marcadores fisionômicos ou fenotípicos tais como cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz ou dos lábios etc., que remetem, direta ou indiretamente, à noção de raça biológica, ainda que saibamos que estas não existem, de fato.

É importante que se destaque o fato de que em aproximadamente 400 anos, cinco milhões de negros desembarcaram em territórios brasileiros, foi a maior migração forçada da história. Tratados como mercadoria, os negros foram trazidos para o Brasil na condição de escravos com o objetivo de servirem de mão de obra barata para os europeus. Executavam tarefas difíceis, trabalhavam duro, sua alimentação era de péssima qualidade assim como o tratamento que lhes era dado, dormiam em senzalas e recebiam castigos físicos caso não cumprissem suas obrigações ou tentassem ir contra as ordens de seus feitores.

Diante desse contexto de submissão ao dominador branco, a raça negra adquiriu, diante da sociedade, uma identidade de inferioridade e marginalização, sendo os negros muitas vezes tratados como animais e coisificados pelo olhar imperialista europeu, protagonizando imagens negativas na esfera social devido ao inconsequente preconceito racial. Em sua obra abolicionista, Castro Alves (1847- 1871), considerado o poeta dos

escravos, dá voz à raça negra mostrando o seu enorme anseio por uma igualdade de raça e de classe. Suas obras de caráter social mais representativas e que refletem a questão do negro na sociedade brasileira são: O “Navio Negreiro” (1869), (Espumas Flutuantes) (1870), (A Cachoeira de Paulo Afonso) (1876), “*Vozes d’África*” (1868) e (Os Escravos) (1883).

Castro Alves dedicou grande parte de sua vida literária a inserir o negro no seio da literatura brasileira, conferindo a ele lugar de destaque. Suas temáticas abordavam a selvageria do tráfico de escravos, a barbárie da escravidão, o tratamento desumano conferido aos negros, a abolição etc. É comum identificar em suas obras uma gama de tipos negros que representam e caracterizam o contexto histórico do período na literatura, tais como: o negro que é humilhado pelo senhor, o escravo que sente saudades de sua terra onde não era cativo, ou aqueles que por sofrerem a crueldade da escravidão chegam a enlouquecer, a mãe negra que ao ver o filho nascer sente-se partida entre dois sentimentos: a felicidade em ser mãe e a tristeza em saber que o filho será também escravo, a mulata detentora de beleza, o escravo suicida que vê a morte como saída para a liberdade, entre tantos outros. Todavia, na obra de Castro Alves, “negros e mulatos aparecem na poesia nacional não mais como assunto periférico e esporádico, como fruto de uma inspiração passageira que resulta em alguns poucos versos de indignação” (FRANÇA, 1998, p. 60).

Ainda segundo Cashmore (2000), o termo “raça” tem seu uso em pelo menos quatro sentidos distintos: no sentido de subespécies (uma taxionomia da espécie humana), como sinônimo de espécie, como sinônimo de nação ou grupo étnico e designando um grupo de pessoas socialmente unificadas. Para Cashmore (2000, p. 454):

Uma “raça” pode significar um grupo de pessoas socialmente unificadas numa determinada sociedade em virtude de marcadores físicos como a pigmentação de pele, a textura do cabelo, os traços faciais, a estatura e coisas do gênero. Para evitar confusão, algumas pessoas especificam “raça social” quando usam o termo raça no seu quarto significado.

Esses critérios revelam uma forma de classificação social baseada em ideologias racistas que imprimem valores negativos a certos grupos que, de acordo com essa visão injusta, tinham o dever de enquanto colonizado, servir ao homem branco europeu por meio do trabalho braçal, enquanto o mesmo permanecia naturalmente em seu posicionamento hegemônico.

Esta questão está ilustrada no romance brasileiro *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo. Nesta obra, percebe-se a marca das relações coloniais ainda bem presentes ao se

observar o papel atribuído às pessoas de “raças híbridas”, um papel que é ainda de inferioridade em relação aos brancos descendentes da elite européia:

A criadagem da família do Miranda compunha-se de Isaura, mulata ainda moça, moleirona e tola, que gastava todo o vintezinho que pilhava em comprar capilé na venda de João Romão; uma negrinha virgem chamada Leonor, muito ligeira e viva, lisa e seca como um moleque...e finalmente o tal Valentim, filho de uma escrava que foi de dona Estela e a quem esta havia alforriado (AZEVEDO, 2012, p. 33).

Percebe-se nesse fragmento do texto de Azevedo que as pessoas de raças inferiores geralmente ocupavam lugar de inferioridade na sociedade, faziam parte da criadagem, eram lavadeiras ou até mesmo ainda permaneciam como escravos. A este respeito, Bonnici (2005, p. 51), observa: “A ideologia da superioridade racial então passava imediatamente ao conceito de classe. Isso implicava que certas pessoas podiam ser racialmente identificadas como naturalmente pertencentes à classe de trabalhadores”.

Na verdade, variados aspectos constroem e explicam a dinâmica social assumida pelos grupos humanos ao longo da história. Nessa esfera, vale destacar a divisão da sociedade em classes sociais. A respeito do conceito de classes é importante considerar as postulações feitas por Weber e Marx (1997). A abordagem weberiana foca-se apenas na dimensão econômica, deixando de lado aspectos importantes na sua formação, o que notadamente dificulta a compreensão do fenômeno *classe social*. O termo classe, portanto, seria atribuído a um grupo de pessoas que possuíam um componente em comum, ou seja, interesses econômicos específicos ligados ao mercado de produtos e de trabalho. Marx, no entanto, afirma que somente o aspecto econômico não é suficiente para elucidar as questões relacionadas à dinâmica social. Para ele, atrelados às determinações econômicas estão a ideologia, a política, a cultura e outros aspectos mais, que atuam no processo de constituição de classe. Os povos inferiorizados geralmente ocupavam nas páginas literárias as camadas de classe mais baixas da sociedade. Os negros, por exemplo, desempenhavam nesse espaço o papel de mucamas, moleques de recado, ama-de-leite, cocheiros, damas de companhia, agregados da casa.

Na literatura estrangeira tal dinâmica é também debatida, como no caso do romance de Emily Bronte *O morro dos ventos uivantes* (1847), o qual exemplifica as tensões existentes na sociedade entre raça e classe. Tido como servo e inferior, o cigano Heathcliff é oprimido e desvalorizado, assumindo posições subalternas diante da sociedade inglesa, que defende ideologias racistas e de classe. Dias (2011, p. 84) afirma que:

É importante lembrar que o romance de Brontë trata do impacto que a chegada de um menino cigano e estrangeiro provocou no seio de uma família inglesa, os Earnshaw e dos seus vizinhos, os Linton. Heathcliff, encontrado pelo patriarca nas ruas de Liverpool é levado pelo próprio para viver como filho em sua casa. Com o convívio ele se apaixonou pela filha do Sr. Earnshaw, por quem é correspondido. Contudo, Cathy o renega por ser pobre e pertencer a uma raça e uma classe consideradas inferiores, por isso, casa-se com o vizinho rico, Edgar Linton, levando ao máximo as tensões raciais e de classe entre o jovem estrangeiro e as duas famílias inglesas.

Deve-se considerar que a obra de Brontë é escrita em favor das minorias raciais, sobretudo as de raças escuras, e nela é questionada a postura imperialista dos ingleses – um caso raro na literatura inglesa até então. Seguindo as ideologias da sociedade vigente, Cathy abandona seus verdadeiros sentimentos e casa-se por aparência. Por se achar pertencente a uma classe e a uma raça superior seria humilhante para ela possuir um envolvimento com um ser considerado inferior. Os dois personagens são, portanto ao mesmo tempo vítimas do patriarcado (Cathy) e do colonialismo (Cathy e Heathcliff).

Considerando o lugar ocupado pelos sujeitos na sociedade, tendo em vista que a realidade do dia-a-dia é um contexto de diferenças, percebe-se que a sociedade é marcada por uma hierarquia que classifica a uns como da classe dominante e a outros como classe dominada, de acordo com o sistema capitalista que determina níveis de poder econômico, político e simbólico. Esse panorama de divisões em raças e classes ganha destaque na era colonial possibilitando às classes mais favorecidas exercer um amplo controle sobre os menos favorecidos, assim como impulsionou pensamentos racistas e estereótipos passados de gerações em gerações.

Considerando isto, é notório que o discurso é produzido em geral pela classe dominante. De acordo com Foucault, o discurso em si é uma prática comunicativa e representacional que exerce uma forma coerciva de propagação de poder. O colonizador faz seu o discurso da autoridade, da hegemonia, trazendo para si a imagem de superioridade e imprimindo ao colonizado a imagem de inferioridade. Por muitas décadas, o discurso colonial eurocêntrico dominou grande parte do mundo, tendo agido como um veículo de garantia para o poder. As práticas discursivas foram molas propulsoras que intensificaram e solidificaram o domínio colonial, contribuindo para a manutenção do poder tanto nas colônias quanto nas metrópoles.

O avanço do poder colonial era mascarado por supostos interesses civilizatórios, “Embora o objetivo encoberto dos europeus fosse explorar os recursos naturais das colônias, o expresso era ‘civilizar’ os Outros, subjugando-os. Isso articula-se na literatura, que é uma

representação do mundo nas fronteiras da civilização” (CASHMORE, 2000, p. 174). Uma obra que ilustra a suposta missão empreendida pelos colonizadores de civilizar nações, é a *Carta de Pero Vaz de Caminha* (1500), considerada o primeiro relato literário brasileiro, detentora de um valor histórico inestimável:

Em seguida o Capitão foi subindo ao longo do rio, que corre rente à praia. E ali esperou por um velho que trazia na mão uma pá de almadia. Falou, enquanto o Capitão estava com ele, na presença de todos nós; mas ninguém o entendia, nem ele a nós, por mais coisas que a gente lhe perguntava com respeito a ouro, porque desejávamos saber se o havia na terra (CAMINHA, 2002, p. 39).

O texto de Caminha retrata claramente a posição do colonizador em relação aos habitantes desconhecidos e as novas terras encontradas. Percebe-se o desejo de exploração de recursos naturais valiosos que lhes oferecessem riqueza e, conseqüentemente, poder.

Para além das relações de poder, os estudos póscoloniais buscam também compreender e elucidar o alcance do próprio termo. Os usos e sentidos do termo “pós-colonial” foram sendo moldados ao longo do tempo, porém existe entre os críticos uma discussão constante em relação ao prefixo “pós”. Em sua acepção original, esse termo assume um caráter de significação que nomeia algo que é posterior a uma determinada época, coisa etc. No que se refere aos aspectos temporais, o termo hifenizado “pós-colonialismo” restringe o seu sentido a apenas um período histórico que acontece depois do colonialismo, depois das raízes imperiais e, sugestivamente, após a independência”. Enquanto que o termo não hifenizado “poscolonialismo” abrange todas as articulações e características de uma sociedade ou cultura desde os tempos pré-coloniais, coloniais, póscoloniais até os dias atuais” (DIAS, 2011,p. 87). Além disso,

A discussão sobre o emprego do prefixo “pós” tem provocado acalorados debates, especialmente porque se as diferenças da era colonial ainda não foram apagadas, é Lomba (1998), um país pode ser tanto póscolonial (formalmente independente) quanto neocolonial (dependente econômica e/ou culturalmente da metrópole imperialista) (DIAS, 2011, p. 87).

Diante dessa questão, fica claro que os debates acerca dessa problemática serão ainda inúmeros, porém o que se sobressai é a preocupação dos estudos póscoloniais em examinar os processos, reações e efeitos da colonização europeia nas diferentes sociedades e culturas. Pode-se pensar, ainda, nos estudos póscoloniais como uma forma de recuperar a identidade

dos povos colonizados por meio da contestação à realidade de exclusão a que muitos foram submetidos quando sofreram os impactos da colonização de uma forma ou de outra.

No momento em que há a invasão por parte dos colonizadores inicia-se o período colonial e, conseqüentemente, o póscolonial uma vez que há contestação do ato de invasão e colonização. Assim, a literatura da fase colonial caracteriza-se por enfatizar a ideologia de superioridade do colonizador europeu e revela a submissão do nativo. *O Tratado descritivo do Brasil* do português Gabriel Soares de Sousa é considerado como “a fonte mais rica de informações sobre a colônia no século XVI” (BOSI, 2006, p.17). Ao escrever sobre o Brasil, Sousa o faz usando ricos detalhes, enfatizando todo o potencial econômico ou não que a colônia pode oferecer.

A literatura pós-colonial, por sua vez, apresenta diferentes fases. A primeira delas corresponde aos textos produzidos por representantes da metrópole que em terras colonizadas descreviam os aspectos físicos da nova terra assim como os costumes e aparências dos habitantes nativos, enaltecendo o centro e desprivilegiando a periferia. Essa questão pode ser percebida em *Os Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão. Nesse texto, o português Brandão descreve as riquezas do Brasil colonial, seus povos, sua geografia, seus costumes, a exploração do trabalho escravo e indígena para enriquecer a metrópole como característica positiva, a inferiorização de tais povos e o enaltecimento da cultura europeia.

Essa literatura informativa deu lugar aos textos escritos por nativos educados pela metrópole que em seus poemas, romances entre outros mantinham os critérios canônicos. Caracteriza-se assim a segunda fase. Os missionários africanos, por exemplo, produziram inúmeras obras na língua do colonizador só pelo fato de se sentirem gratificados e cultivarem o sentimento de pertencer a classes mais altas. A terceira fase é representada pelos textos que gradativamente chegam a uma total ruptura com a literatura metropolitana e eurocêntrica, a partir de estratégias como a apropriação da linguagem e escrita do colonizador para fins descolonizadores. O africano Ngugi defende a descolonização da cultura europeia a partir da escrita de textos no idioma dos nativos. Enaltecendo as culturas pré-coloniais ele escreve utilizando exclusivamente o idioma Gikuyu.

Uma obra inglesa que ilustra o relacionamento metrópole-colônia é *A Tempestade* (1611) de William Shakespeare. A peça revela elementos que metaforicamente representam o projeto colonialista de invasão e dominação. Próspero é a imagem do colonizador que objetiva o controle da nova terra enquanto Calibã representa o “outro” silenciado que recupera a voz ao desafiar o colonizador.

No que concerne à literatura brasileira, o desenvolvimento dos estudos poscoloniais ainda não fincou raízes profundas no meio acadêmico, tampouco na crítica literária como aconteceu com outros países que foram colônia. Isso se deve ao fato de, por séculos, a produção literária brasileira ter sido considerada e vista como tributária da europeia, notadamente da portuguesa. Todavia, não se pode negar que mesmo tendo alçado o *status* de independente, o Brasil é ex-colônia e, portanto, é marcado pelo colonialismo e seu legado. Nesse sentido, “a literatura brasileira vista sob esse enfoque, revelaria vozes de resistência, modalidades de submissão e posicionamento pós-colonial” (BONNICI, 2000, p. 268). Todavia, o acervo bibliográfico brasileiro não dispõe de muitos livros que discorram sobre o assunto, salvo algumas traduções, e publicações de Thomas Bonnici, Zila Bernd entre outros. Raras são as publicações que enfocam a teoria póscolonial, assim como a literatura brasileira vista e analisada sob essa perspectiva.

Analisando sob esse aspecto, os primeiros registros literários brasileiros já demonstram o posicionamento dominador do centro imperial em relação às colônias, ou como afirma Bonnici, provocando estranhamento e a imediata postura da polaridade do outro. Tais aspectos podem ser evidenciados no trecho a seguir da *Carta de Pero Vaz de Caminha* (2002) que retrata o intuito notadamente pragmático de descrever e compreender a terra conquistada para que houvesse um proveito mais satisfatório:

Senhor, posto que o Capitão-mor desta Vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a notícia do achamento desta **Vossa terra nova**, que se agora nesta navegação achou, não deixarei de também dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que -- para o bem contar e falar -- o saiba pior que todos fazer! (CAMINHA, 2002, p. 32) (grifos nossos).

O uso do termo “Vossa” ao se referir à terra encontrada (Brasil) caracteriza a relação de poder imperial imposta pelo colonizador. Dessa forma, exclui totalmente a presença de nativos (Índios), o que era muito comum nesse tipo de relato, aparentando ser a terra deserta e passível de apropriação por parte do domínio europeu.

Evidencia-se também que, diante do avanço colonial em terras brasileiras, criou-se uma relação assimétrica em que o “outro”, simples objeto do poder colonial por vezes, foi colocado numa posição de inferioridade, onde o discurso do colonizador, sujeito da situação, subestimava a cultura dos habitantes locais, tomando a si como superiores cultural e intelectualmente e ao “outro” como mero objeto passivo e marginalizado, impondo

cruelmente a esses subalternos sua política, crenças, cultura, costumes e religião, conforme observa Bonnici (2005, p. 230):

Nas sociedades pós-coloniais, o sujeito e o objeto pertencem a uma hierarquia em que o oprimido é fixado pela superioridade moral do dominador. O colonizador, seja espanhol, português, inglês, se impõe como poderoso, civilizado, culto, forte, versado na ciência e na literatura. Por outro lado, o colonizado é descrito constantemente como sem roupa, sem religião, sem lar, sem tecnologia, ou seja, em nível bestial.

Ainda na carta endereçada ao rei de Portugal, Caminha (2002, p. 33; 56 respectivamente) tece comentários descritivos que comprovam tais aspectos:

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram (33). Do que tiro ser gente bestial, de pouco saber e por isso tão esquiva (56).

No trecho acima, se percebe a ideologia etnocêntrica de superioridade racial em relação aos nativos, uma vez que o índio é visto como um ser desprovido de inteligência, selvagem sem cultura, bárbaros sem religião e sem maior serventia.

Uma massa de escritos pode ser observada advinda dos que vieram ao Brasil com intuítos diversos e mentes fundadoras que produziram textos com grande relevância literária. Destacam-se, por exemplo, os jesuítas com obras ricas em informações e intenções pragmáticas e morais. Em *História do Brasil* (1627), de Frei Vicente do Salvador percebe-se o esmero em apontar características que expõem a experiência do colono português na nova terra. Fala-se positivamente dos recursos naturais encontrados no Brasil, mas as referências feitas aos seus habitantes não lhes conferem caráter de sujeito. Como sempre o indígena e o africano são postos como o “outro. Já Manuel da Nóbrega em *Diálogo sobre a conversão do Gêntio* (1558) faz referências a características positivas e negativas do índio, uma vez que se encontra empenhado no projeto de conversão religiosa desses povos. Para além disso, pode se observar também o timbre colonial impresso em textos como a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595), do padre José de Anchieta. Neste livro, é visível o objetivo de usar a língua como instrumento de conversão dos nativos, mas também percebe-se a singularidade de tal produção e uma essência de alteridade por parte do colonizador em adaptar a língua indígena ao idioma europeu, dando dignidade à própria expressão linguística do indígena, mostrando que o mesmo possuía uma cultura fora do domínio metropolitano –

isso demonstra o que de consciente ou inconscientemente há nessa obra de traços subversivos ao discurso colonialista.

Os textos do padre Antônio Vieira também oferecem um panorama de contestação póscolonialista quando retrata os sofrimentos vividos pelos escravos assim como a revolta e insubordinação de alguns. De acordo com Bonnici (2005), Vieira era um homem preparado pela metrópole para dar sustentação a seu domínio, uma vez que essa dependia da pobreza, da subjugação, do sofrimento e exploração dos nativos para que houvesse uma manutenção de seu estatuto e poder. Vieira *apud* Jean M. Carvalho França (1998, p. 9) narra:

Quando os negros de guiné alevantados deram em casa de Cristóvão de Aguiar, e lhe mataram dois homens, e lhe roubaram, sua fazenda, estes índios acompanharam a Cosme Rangel e a Diogo Dias da Veiga, que foram a eles, e os destruíram, matando alguns e tomando outros que deram a seus senhores, e depois disso, por mandado do dito Cosmo Rangel, andou um português por nome Inofre Pinheiro com índios das igrejas buscando e espiando os negros de Guiné alevantados, que há por esta Baía, e deu neles, de que tomou muitos, que se deram depois a seus senhores, e onde quer que acham negros de Guiné fugidos, os tomam e trazem a seus donos; [...].

Outro grande expoente da literatura brasileira é o escritor Gregório de Matos (1636-1696). Uma leitura póscolonial de seus escritos propicia uma ampla análise da postura assumida por ele ao irromper os aspectos da língua e da literatura europeia, utilizando vocábulos indígenas em suas obras e, mais que isso, mesclando a língua dos nativos e a do colonizador. Sua inclinação satírica subverte a língua do colonizador, e por meio da apropriação da mesma, o autor molda-a atribuindo-lhe outra finalidade, a de resposta ao poder metropolitano, a de crítica póscolonial. Como se vê nos poemas “*Aos principais da Bahia chamados os Caramurus, Ao mesmo assunto*” etc, em que o poeta utiliza inúmeros vocábulos da linguagem indígena em associação a vocábulos do português brasileiro, herança colonial de Portugal.

Tendo sido educado numa subserviência ao pensamento luso, o escritor renuncia a sua condição subalterna e aos conceitos normativos da língua europeia utilizando-a como instrumento de contestação, apropriando-se dela para descrever ambientes e costumes fora do eixo eurocêntrico, enaltecendo a cultura, os termos e costumes sociais da terra colonizada. Diante disso, observa-se que “Através da apropriação o colonizado assume a linguagem (e outros itens como o teatro, o filme, a filosofia) do colonizador e a põe a seu próprio serviço” (BONNICI, 2005, p. 13). Ao mesmo tempo, ao usar vocábulos da língua indígena (termos abasileirados), o autor ab-roga o padrão da metrópole, rejeitando os paradigmas conceituais

impostos pelo dominador, recusando a estética imperial e abrindo espaço para uma descolonização do idioma invasor do colonizador.

No que se refere a esse tipo de escrita, pode-se dizer que Gregório foi um dos precursores ao utilizar na poesia aspectos da língua que era falada na colônia influenciando, em grande parte, literatos futuros. A este respeito, Bonnici (2000, p. 270) afirma que “Sua permanência (Gregório de Matos) controvertida na sociedade colonial é a presença da periferia no centro, a inversão dos valores coloniais, o repúdio ao silêncio imposto e a descoberta da fala pelo colonizado”.

A valorização da cultura e das origens do Brasil aparecem também na temática e obra de José de Alencar (1829-1877). Grande intelectual de sua época, Alencar buscava por meio de seus ideais nacionalistas afirmar a identidade brasileira, valorizando os traços da cultura daqueles que realmente seriam os habitantes do Brasil, os índios, que tiveram seus costumes degradados pelo colonizador. Por meio de obras como *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865), por exemplo, o escritor brasileiro procura desenvolver um projeto de literatura nacional, assumindo uma posição anticolonialista, mostrando em sua obra elementos que enfatizem a nacionalidade como a natureza, o índio, as cores brasileiras.

A teoria literária póscolonial, portanto, lida com textos tidos como produtos de sociedades que de alguma maneira foram afetados pelo regime colonial, assim como trata também dos textos escritos pelos colonizadores. Ascroft *et al* (1991) usam o termo pós-colonialismo para descrever a cultura influenciada pelo processo imperial desde os primórdios da colonização até os dias atuais. Assim, as literaturas originárias da brutal experiência da colonização afirmam as diferenças e tensões existentes entre o poderoso centro imperial e a margem (ex-colônias).

1.2 Feminismo e póscolonialismo

Embora as teorias feministas e os estudos poscoloniais pareçam estar distantes, percebe-se em uma análise mais profunda que há laços estreitos entre ambos, uma vez que seus discursos estão inter-relacionados. A experiência vivenciada pela mulher no regime patriarcal muito se assemelha à do colonizado, visto que tanto o patriarcado como o imperialismo exercem formas de dominação e subordinação. Assim como algumas teorias são comuns entre ambos, tais como: identidade, resistência, dominação, diferença, lugar da escrita, voz, marginalidade e questões culturais.

Em linhas gerais, a crítica feminista aborda as relações de gênero e seu desenrolar ao longo da história, enfatizando seus aspectos políticos, culturais e sociais, questionando o poder monopolizado pelo homem e buscando o ideal de liberdade e igualdade, defendendo uma sociedade em que a mulher seja também um sujeito e não apenas um ser inferiorizado e subjugado. Nesse sentido, as perspectivas feministas muito compartilham dos objetivos e preocupações do poscolonialismo, já que ambos buscam mostrar o contexto de colonização e opressão a que muitos indivíduos ou até mesmo grupos foram submetidos e marginalizados pelas estruturas dominantes. A literatura muito contribuiu para a congruência desses dois campos teóricos: “A interseção entre a teoria feminista e o pós-colonialismo tomou rumos certos a partir dos trabalhos literários de Jean Rhys, Alice Walker, Margareth Atwood e Doris Lessing e de críticos literários como Petersen e Spivak” (BONNICI, 2000, p. 156).

Por meio da análise póscolonialista muitos termos e conceitos outrora usados para descrever a dialética entre metrópole e colônia passam a ser empregados também pelo feminismo no intuito de pesquisar e compreender as relações e o discurso existentes entre a condição da mulher e o patriarcalismo. O uso de conceitos como voz, silêncio, linguagem, discurso, imitação, entre outros são indiscutivelmente favoráveis à teoria feminista, sendo incorporados nos textos de muitos autores feministas, a exemplo: Marguerite Duras e Lucy Irigaray. Quando se analisam os objetivos de ambas as teorias, percebe-se que tanto uma como outra desafiam a hegemonia das estruturas dominantes, requerem a ascensão do ser marginalizado, criticam a tradição do cânone literário predominantemente eurocêntrico ou masculino, almejando uma reconstrução do mesmo e objetivam também a subversão da forma literária patriarcal ou colonial.

Se há pontos de harmonia entre as duas teorias, não se pode negar o fato de que também existem tensões e divergências entre ambas. As feministas questionam o fato de que por vezes a análise de determinados textos coloniais ou póscoloniais tendem a excluir as questões de gênero priorizando temáticas confluentes com o debate póscolonialista, enquanto que teóricos póscoloniais desaprovam a forma como as perspectivas feministas fecham os olhos para assuntos ligados ao colonialismo e suas raízes. Portanto, pode-se afirmar que esse é um campo discursivo dinâmico e suscetível a críticas e revisões.

Um dos grandes debates enfatiza a condição da mulher exposta ao poder repressivo do colonialismo e as raízes tradicionais do patriarcalismo. O termo “dupla colonização” passou a ser usado em meados da década de 1980, com a publicação de *A Double Colonization: Colonial and Post-colonial Women's Writing* (1985) de HolsPetersen e Rutherford, obra que se tornou um marco significativo para tais discussões. Ashcroft *et al*

(2000, p. 66) afirmam que “o termo(Double Colonization) refere-se à observação de que as mulheres estão sujeitas tanto ao domínio colonial do império quanto à dominação masculina do patriarcado, estando ambos exercendo formas de poder sobre o sujeito colonial feminino”. Tendo em vista a opressão exercida pela sociedade capitalista imperante tanto as teorias feministas quanto as póscoloniais compartilham preocupações e colocam em primeiro plano o sujeito colonial marginalizado. Essa questão está ilustrada em *O Cortiço*: a personagem D Estela (brasileira), casada com o português Miranda é exposta ao regime patriarcal, tendo que obedecer aos costumes sociais que supervalorizam o casamento e colocam a figura masculina no controle da relação.

Prescindindo os fatores raça ou classe, é inegável que a mulher num contexto colonial ou ex-colonial teve experiências notadamente diferentes daquelas vivida pelo sujeito colonizado. Desta forma fala-se de uma categoria à parte dos colonizados, considerando não só a discriminação geral a que as mulheres, enquanto sujeitos colonizados foram submetidas, mas também a discriminação de gênero que as envolvia enquanto mulheres. A mulher, portanto, para além do jugo do patriarcado, sofre o jugo do colonialismo. É desta forma, duplamente colonizada. Em sociedades póscoloniais pertencentes ao terceiro mundo, chegou-se a discutir qual seria o fator político mais pertinente e que exercia uma maior influência na vida das mulheres: a submissão patriarcal ou a opressão imposta pelo colonialismo.

O romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915) do brasileiro Lima Barreto narra a história de Policarpo Quaresma, um patriota que exalta o solo brasileiro e reivindica a identidade nacional ao propor que a linguagem utilizada no Brasil fosse a linguagem indígena (tupi). Este romance ilustra também o universo das mulheres submetidas ao poder patriarcal. Na trama da obra, encontram-se mulheres que são extremamente subalternas e sem perspectivas, que em sua condição de inferioridade veem-se inseridas num contexto social onde o casamento é um dogma que não pode ser ferido. As personagens Olga, D. Adelaide e Ismênia exemplificam bem essa questão. A idealização do casamento pela personagem Ismênia é uma crítica forte do autor ao sistema patriarcal que oprime a mulher e a condiciona ao matrimônio como circunstância social quase que obrigatória, tanto que com a morte de seu noivo, Ismênia não vê na vida outros ideais e morre.

Outra obra que ilustra o patriarcalismo embutido no subconsciente das sociedades póscoloniais é o romance inglês *Mrs Dalloway* (1925), da escritora inglesa Virginia Woolf. Nessa narrativa Woolf trabalha a identidade da protagonista Clarrisa Dalloway, uma mulher de meia idade casada com um importante deputado. Os fatos acontecem durante as horas que antecedem a preparação de uma festa organizada pela senhora Dalloway para seu marido e

convidados, sendo ela uma boa esposa e boa anfitriã, com bons costumes e preocupações inerentes à mulher perfeita segundo as normas vigentes da sociedade britânica. Submissa às tradições patriarcais, Clarissa representa a típica mulher da sociedade inglesa no início do século XX que abandona seus sonhos e sua identidade por ver-se imersa num contexto social em que a mulher encontra dificuldades para conquistar seu espaço e sua independência financeira ou social. A protagonista se esconde sempre por trás de uma figura masculina seja ela seu marido ou seu pai, uma vez que a personagem é conhecida no início da narrativa através do sobrenome do marido “Mrs. Dalloway” e, em seguida, descobre-se que antes de se casar ela se chamava Miss Parry (sobrenome do pai), portanto, nunca pertencendo a si mesma, sendo definida primeiro pela figura masculina paterna e depois pela do marido. Ao longo da ação são apresentados vários personagens que de uma forma ou de outra são marcados pelas imposições patriarcais e matrimônias da época. Woolf escreve dessa forma como pretexto para criticar tal condição da mulher.

Ao contrário de Clarissa, a personagem Conceição, do romance brasileiro *O Quinze* (1930) de Rachel de Queiroz, é uma mulher forte que vive no sertão do Ceará e que, apesar do contexto difícil das secas daquela região, não aceitava a condição de submissão da mulher e, por ter opiniões próprias, tornou-se professora, de modo que não se sujeitava à dominação masculina do casamento nem aos dogmas e papéis impostos pela sociedade patriarcal em relação à figura feminina. O romance apresenta também, para além da questão das mulheres, as relações de poder existentes entre as diversas classes sociais oriundas do capitalismo desenfreado e, conseqüentemente, do colonialismo europeu, uma vez que as raízes coloniais fizeram surgir na sociedade um sistema de classes que caracterizam a uns como superiores e a outros como inferiores.

A preocupação de alguns intelectuais como, por exemplo, Mohanty (2004), é que o feminismo, enquanto produto ocidental, ao criar a noção de mulher universal relegou a mulher póscolonial pertencente ao terceiro mundo à posição de inferioridade, de objeto, como se ela fosse um ser contido sexualmente, pobre, ignorante, analfabeta. Já a mulher advinda do ocidente é comumente representada como sendo de uma classe mais elevada, detentora de um grau maior de liberdade para tomar decisões, tendo um nível elevado de educação e modernidade. No entanto, esse conceito essencialista inibe o fato de que mulheres ocidentais também compartilharam experiências e conseqüências do colonialismo.

Tanto nas colônias invadidas como nas colônias de colonizadores brancos percebe-se a associação entre a representação da mulher colonizada e o feminismo. Na Índia e na África, por exemplo, o corpo feminino era pictograficamente sexualizado, com conotações de desvios

sexuais expressivos que construíram estereótipos do “outro” que permanecem até os dias atuais. No Canadá e na Austrália, por exemplo, o corpo das mulheres indígenas foi objeto do discurso de poder da metrópole e usado como mero recipiente reprodutivo.

A partir da perspectiva póscolonial feminista, Spivak (1994) aborda questões referentes à condição do subalterno, o emudecimento dos sujeitos coloniais, assim como da mulher colonizada e outremizada. Para a autora, o outro marginalizado é condicionado ao silêncio, enquanto o homem branco em posição de privilégio possui o poder da voz. Exposta ao poder repressivo do patriarcalismo e do colonialismo a mulher subalterna não possui nenhum espaço para fala, sendo ignorada pelo discurso dominante. Autores como Bhabha (2007), Fanon (1983) e Said (2011) defendem que o colonizado/subalterno fala, que a voz do subalterno pode ser recuperada por meio de manifestações culturais, do enfrentamento ao opressor ou movimentos de libertação, entre outras formas.

Textos literários como romances, contos, poemas mostram a mulher afirmando-se como sujeito, opondo-se à hierarquia masculina, mostrando sua voz. O conto de Angela Carter *Our Lady of the massacre* (1979), por exemplo, narra a história de uma mulher inserida num contexto colonial que rejeita a posição de objeto de uma sociedade masculina e dominadora. Escrevendo do ponto de vista póscolonial e feminista, a narradora relata sua própria história, fazendo-se sujeito de sua identidade, assumindo uma posição de autoridade e subversão das formas patriarcais e coloniais.

Embora o silêncio do nativo, do colonizado ou do subalterno seja tão abrangente, há inúmeras formas e estratégias que permitem descobrir a voz do outro que subverte e protesta o poderio metropolitano e dominador. A leitura e análise mais profunda de clássicos da literatura, por exemplo, permitem perceber o questionamento da autoridade através da paródia do nativo ou, de acordo com Perry (1987), da mulher subalterna, que canta, que é artista ou artesã, que de uma forma ou de outra impõe sua voz. Segundo Bonnici (2000, p. 162):

Vários críticos analisaram *Jane Eyre* (1847), de Charlotte Bronte, sob o aspecto classista (Eagleton, 1975) e psicológico (Gilbert & Gubar, 1979). Analisando esse romance paradigmático sob o prisma de *Wide Sargasso Sea* (1966), de Jean Rhys, Spivak faz uma leitura detalhada da representação de “famílias centrais” e de “famílias à margem” (a metrópole e as colônias), da atitude animalésca de Bertha (a insanidade mental como crítica do e ataque ao imperialismo), da mudança do nome dado a Antoinette, que se transforma em Bertha (a identidade pessoal é aniquilada e a mudança de nome é determinada pela política do imperialismo) e da auto-imolação dela (manipulação do suttee na colonização britânica da Índia).

Jean Rhys reescreve o romance *Jane Eyre* sob uma perspectiva póscolonial mostrando em sua versão *Wide Sargasso Sea* (1966) o protagonismo da personagem Bertha

Mason, que no romance *Jane Eyre* é aprisionada num quarto da mansão de seu esposo. Sua loucura e seus atos constituem uma maneira estratégica de falar contra seu colonizador e opressor patriarcal.

Os exemplos de obras estrangeiras citados servem para ilustrar um padrão de representação que já vem da metrópole, visto que tanto as metrópoles europeias quanto a colônia (Brasil), foram tocadas por ideologias de raça, classe e gênero.

Em países que foram ex-colônias européias algumas estratégias de libertação do domínio colonial são de extrema importância, visto que tratam da existência da voz do “outro”. Uma delas é a descolonização: “A descolonização não é apenas a luta pela independência política, mas, de modo especial, é o desmantelamento de todas as formas coloniais de poder e de controle” (BONNICI, 2005, p. 22). Seu objetivo é revalorizar a cultura do marginalizado, permitindo-lhe assumir sua própria identidade. Para tanto, surgiram ondas de atividades anticoloniais, anti-imperiais, feministas que desafiam a opressão do colonialismo e do patriarcalismo. Ao longo dos séculos os movimentos de resistência contra o colonialismo e o imperialismo assumiram diferentes contornos. Grandes impérios como o inglês detinham o poderio sobre inúmeras colônias, no entanto, enfrentaram rebeliões que lhe foram muito prejudiciais. Gina Wisker (2007) defende a noção de que qualquer dominação, seja ela colonial ou imperial, enfrenta algum tipo de resistência. As mulheres e seus movimentos de resistência são muito importantes para esse debate uma vez que se assemelham a grupos subordinados pela hegemonia massacrante de um regime de poder, tais como escravos ou ex-escravos entre outros, lutando de forma simultânea a esses povos.

Se analisadas numa perspectiva póscolonialista e feminista, muitas obras da literatura brasileira ilustram o processo de experiência da colonização e de suas raízes que marcadamente influenciaram a cultura dos povos brasileiros. Fortemente empenhado no projeto de criação de uma literatura nacional, José de Alencar publica em 1865 o romance *Iracema*. O enredo mostra, alegoricamente, por meio do encontro amoroso entre o português Martin e a índia Iracema a relação entre o europeu colonizador e a mulher nativa. Embora Iracema seja descrita no romance como excelente guerreira tabajara e “virgem dos lábios de mel” (alguns autores descrevem seu nome como sendo um anagrama da própria América), destinada a guardar o segredo da jurema (bebida mágica utilizada nos rituais religiosos da tribo), tendo sua virgindade consagrada à divindade e, por isso, possuindo um compromisso para com seu povo, Iracema, ao romper com seus valores, crenças e obrigações, abandonando sua família, seu povo e sua religião para entregar-se ao amor de Martin faz uma clara referência à submissão do colonizado indígena ao branco colonizador, assim como se mostra

subalterna do poder masculino patriarcal. O romance revela também a metáfora da mulher como colônia e seu amado (europeu) como o colonizador.

No terreno dos estudos culturais, as conjunturas feministas e póscoloniais contribuíram para que houvesse um melhor entendimento dos inúmeros eixos de dominação, das formas de poder e do fazer subjetivo do outro. Assim como alguns teóricos póscolonialistas, as feministas utilizaram estratégias linguísticas no intuito de contestar o poder do dominador, fazendo surgir uma política de identidade e representação do sujeito. Teóricos póscolonialistas cogitaram tanto o uso das línguas pré-coloniais como a apropriação da linguagem europeia com o propósito de subverter a língua colonial ou os significados impostos sobre ela. Enquanto que as teorias feministas fizeram uso de uma “linguagem feminina” como meio de fazer ruir as raízes do patriarcado.

De diferentes maneiras os escritos póscoloniais mantém laços estreitos com a escrita feminista. Muitas obras de autoria feminina, assim como no âmbito da oralidade refletem para além da questão da mulher a experiência vivida pelo sujeito silenciado na condição do outro, visto de forma preconceituosa e negativa. Katrak (2004) defende, por exemplo, que a tradição oral usada pelas mulheres no processo de descolonização é uma estratégia positiva e eficaz. De acordo com Bonnici (2000, p. 159):

A experiência de *Sistren*, um grupo de mulheres trabalhadoras na Jamaica que produz teatro e escreve contos (que o discurso eurocêntrico jamais aprovaria como literários) (Benson & Conolly, 1994: 370,380,866), confirma o sucesso de experiências verificadas na África, em que a oratura desafia a dupla opressão do patriarcalismo e do colonialismo, a violação da mulher no conjunto urbano, a prostituição e a marginalização feminina nas atividades políticas. Encontra-se essa estratégia no âmago dos povos póscoloniais, especialmente, naqueles que não tinham a tradição escrita.

A literatura oral empregada como ferramenta de descolonização em países póscoloniais é, nesse sentido, uma estratégia de linguagem e de libertação feminina usada com um determinado objetivo, o de quebrar o silêncio imposto às mulheres, desmistificando certos preconceitos e papéis atribuídos ao sujeito feminino, dando-lhes o poder da voz e acentuando a recusa de um povo marginalizado de imitar e submeter-se ao colonizador.

Em se tratando de literatura, um dos temas mais comuns na vertente feminista póscolonial é a identidade atrelada ao conceito de classe. Há um esforço que objetiva estabelecer a identidade como característica histórica e relacional ao invés de fixa e essencialista. O capitalismo, por sua vez, fez surgir inúmeras formas de opressão (racial, sexual, de gênero, de classe) tendo elas causas e efeitos materiais. A opressão da mulher, por

exemplo, é também um constructo da estrutura capitalista que divide a sociedade em classes. Em países póscoloniais, mesmo diante da crescente globalização e das conquistas empreendidas pelas mulheres, verifica-se como as desigualdades de gênero ainda mantém algumas figuras femininas, como as operárias, em ocupações marginalizadas e mal remuneradas. É importante destacar que quando se leva em consideração outros temas como independência ou libertação nacional, prefere-se dar ênfase ao conceito de gênero isolado do conceito de classe.

Para Bonnici (2006, p. 15):

A continuação da situação subalterna da mulher nas sociedades pós-coloniais provocou uma reação (1) contra o eurocentrismo, considerado responsável pelo fracasso do nacionalismo e pela permanência do patriarcalismo, e (2) contra o nacionalismo estreito, especialmente diante da realidade de comunidades híbridas e diaspóricas atuais.

A posição marginalizada da mulher nas sociedades que viveram a experiência do colonialismo desencadeou rejeições contra a hierarquia imposta pelo eurocentrismo linear e universalista que perpetuava o regime patriarcalista e excluía o pensamento nacional. Desse modo, as teorias feministas póscoloniais deram importante destaque às questões de gênero, raça, produção cultural, aliadas aos projetos anticolonialista e antipatriarcalista que, inegavelmente, eram contra as teorias ocidentais e imperialistas.

Não se pode discutir as questões de gênero sem mencionar as questões de raça. A imigração forçada promovida pelo contexto colonial trouxe para as colônias homens e mulheres negras que, ao longo dos anos, tem se dedicado a conquistar vez e voz numa sociedade amplamente desigual. Mulheres negras vítimas de opressão e preconceito têm protagonizado movimentos sociais que buscam promover a igualdade entre homens e mulheres, mas também uma equidade entre figuras femininas negras e brancas. A esses pensamentos e movimentos sociais e políticos engajados pelas mulheres negras dá-se o nome de Feminismo Negro.

Por se sentirem pouco representadas pelo ativismo feminista, as mulheres negras buscavam, para além da conquista de direitos civis, o seu reconhecimento enquanto sujeito, porque se sentiam em posição de inferiorização não apenas em relação à figura masculina, mas também em relação às mulheres brancas, visto que o feminismo hegemônico considerava apenas o fator gênero criando uma categoria comum de feminino, desconsiderando as noções de raça e classe e priorizando os assuntos que se referiam as mulheres brancas.

Os escritos de mulheres negras nos diversos campos muito contribuíram para que o sujeito feminino oprimido e marginalizado deixasse de ser mero coadjuvante numa sociedade sexista e, por vezes, racista. No que tange à literatura, pode-se afirmar que nela perpetuou-se um meio pelo qual a mulher negra pode expor sua fala, proclamar sua independência e obter visibilidade. O poema “Vozes-mulheres’ (2008)¹ da brasileira Conceição Evaristo exemplifica o processo de silenciamento e aquisição da voz feminina negra ao longo da história.

O texto de Evaristo enfatiza o emudecimento das mulheres negras ao longo da história, desde sua imigração para as colônias em porões de navios à sua condição de escrava submissa ao colonizador branco, aos papéis assumidos por essas mulheres de cor de pele diferente, colocadas em espaços de exclusão (mucamas, cozinheiras, lavadeiras), até os dias atuais e futuros. O eu lírico do poema fala em prol de uma coletividade, o que bem representa seu título. Vozes ecoam em todo o texto poético, a voz da inconformidade, a voz oprimida e a voz da liberdade, da luta contra a submissão e a favor de reconhecimento social e cultural.

Depreende-se, portanto, a partir das reflexões acima feitas que entre as teorias feministas e póscoloniais existe um diálogo promissor que visa favorecer ambos os campos, já que comungam de princípios e ideais próximos. Embora haja divergências, a congruência dessas duas teorias possibilita uma existência mais ampla de análises culturais, literárias, políticas e sociais que envolvam os sujeitos submetidos à invisibilidade e opressão.

¹ A voz de minha bisavó ecoou criança nos porões do navio. Ecoou lamentos De uma infância perdida. A voz de minha avó ecoou obediência aos brancos-donos de tudo. A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta No fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos pelo caminho empoeirado rumo à favela. A minha voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome. A voz de minha filha recorre todas as nossas vozes recolhe em si as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas. A voz de minha filha recolhe em si a fala e o ato. O ontem - o hoje - o agora. Na voz de minha filha se fará ouvir a ressonância o eco da vida-liberdade (In: *Antologia da poesia negra: O Negro em versos*, 2005, p. 74)

2. ALUISIO AZEVEDO E A REPRESENTAÇÃO DOS SUBALTERNOS

2.1 Perspectivas póscoloniais na literatura brasileira: o caso de Aluisio Azevedo

Pode-se dizer que inúmeras são as obras literárias publicadas por autores pertencentes às ex-colônias de domínio europeu que apresentam reflexões póscoloniais quando lidas e analisadas nessa perspectiva. Embora toda a literatura brasileira seja marcada pelas raízes do colonialismo, raras são as análises de textos de autoria brasileira sob o enfoque da teoria póscolonialista. De acordo com Bonnici (2000, p. 272) analisar Aluísio Azevedo, Machado de Assis, Guimarães Rosa, Mário de Andrade do ponto de vista póscolonialista pode parecer inusitado. No entanto, embora pareça uma tarefa difícil, não se configura como impossível, pelo contrário, fazê-lo contribuiria para uma melhor compreensão e propagação da literatura desses povos inscritos pela colonização, povos esses silenciados, como se observa na figura do escravo, do colono ou do índio.

Pertencente à escola literária naturalista, o maranhense Aluísio Tancredo Belo Gonçalves de Azevedo (1857-1913) teve experiências distintas em sua vida literária e pessoal, escreveu romances, contos, crônicas, além de enveredar pela carreira jornalística e diplomática. Considerado o “escritor das massas”, Azevedo representou em suas obras aspectos do cotidiano e do social, optando por retratar os grupos subalternos e seus costumes.

No início de sua carreira, quando ainda era jovem, Azevedo publicava seus romances nas páginas de folhetins, com objetivo comercial. As obras dessa época eram uma forma de garantir-lhe a sobrevivência e, por esse motivo, não possuíam cunho social, estavam ao gosto da sociedade maranhense daquele período, retratando aspectos sentimentais da vida humana. Alguns autores denominam as obras pertencentes a esse período como fase romântica. Seu primeiro romance, *Uma Lágrima de mulher* (1880), exemplifica as características dessa fase.

Convencionou-se chamar as obras posteriores a esse período de escrita romântica como pertencentes à segunda fase, a fase naturalista. Foram essas obras de grande relevo que deram destaque a Aluísio Azevedo na história da literatura brasileira. O pano de fundo histórico daquela época era o período abolicionista que a sociedade maranhense vivenciava. Envoltos nessa temática e preocupados em denunciar as injustiças sociais advindas das desigualdades de classes, consequência da colonização e da dominação europeia, o autor usa sua escrita para retratar os preconceitos raciais a que povos de hereditariedade negra foram

expostos. Por isso, é comum encontrar nas obras dessa fase personagens negros, mestiços, e escravos.

O Naturalismo, do qual Azevedo foi expoente, é uma escola literária de origem francesa que, incorporada ao Realismo, assumiu características próprias, dando ênfase à realidade da vida humana, exibindo um retrato fiel do cotidiano das pessoas. A corrente naturalista recebeu influências de concepções científicas da época, como o Darwinismo e o Determinismo. No campo da literatura buscou-se evidenciar os problemas sociais com tipos humanos e contextos reais.

Adepto a essa corrente, Aluísio Azevedo foi influenciado pelos naturalistas Émile Zola (francês) e Eça de Queirós (português), grandes expoentes da literatura estrangeira que captaram em suas obras aspectos reais da sociedade, tais como, o preconceito racial, criticando os valores, as instituições e as desigualdades. Como representante brasileiro, Azevedo analisava e criticava em suas obras a realidade cotidiana da burguesia branca em detrimento, principalmente, das classes baixas e de cor.

Dentre as suas obras estão os romances: *Uma Lágrima de Mulher* (1879), *O Mulato* (1881), *Memórias de um Condenado* (1882), *Mistérios da Tijuca* (1882), *Casa de Pensão* (1884), *Filomena Borges* (1884), *O Coruja* (1885), *O Homem* (1887), *O Cortiço* (1890), *A Mortalha de Alzira* (1894), *O Livro de Uma Sogra* (1895). Na produção de contos destacam-se: *Aos vinte anos*, *Demônios* (1895), *Pegadas* (1897). No teatro destacam-se: *Os Doidos* (1879), *A Flor de Lis* (1882), *A Casa de Orates* (1882), *Venenos que Curam* (1886), *O Caboclo* (1886), *A República* (1890), *Um Caso de Adultério* (1891), *Em Flagrante* (1891), *O Touro Negro* (1898).

Em 1881, em meio ao período abolicionista que se configurava no país, Aluísio Azevedo publica *O Mulato*. O romance, além de gerar inúmeras críticas na sociedade por tratar de forma crua e real o preconceito racial, inaugura o Naturalismo enquanto escola literária brasileira. O enredo da obra narra a história de Raimundo, fruto do envolvimento do pai José da Silva, português comerciante de escravos, e a escrava Domingas. Após ficar claro a não aceitação de seu filho por parte de Quitéria, esposa de José, o mesmo temendo a crueldade da mulher, deixa seus filhos aos cuidados de seu irmão Manuel Pescada. Após a morte do pai, Raimundo é enviado à corte para estudar. Anos depois, com o título de Doutor em direito, Raimundo volta a São Luís do Maranhão, no intuito de descobrir suas origens. É quando se apaixona pela sua prima Ana Rosa, filha de Manuel Pescada. Os dois nutrem um fervoroso amor, porém o rapaz é visto com maus olhos pela sociedade, uma vez que sua cor de pele é mestiça, mulata. A união também não é aceita pelo pai de Ana Rosa, que condena o

fato do rapaz possuir origens negras, preferindo o casamento da filha com o caixeiro Dias, um português de pele branca. Dispostos a viver esse amor, Ana Rosa e Raimundo planejam fugir, porém são impedidos pelo caixeiro Dias e pelo padre Diogo, assassino de José e inimigo de Raimundo, devido às posições anticlericais assumidas pelo protagonista. Raimundo é assassinado por Dias e, no desfecho da história, o leitor se depara com Ana Rosa casada com o caixeiro, assassino de seu amado.

Numa análise póscolonialista depreende-se que a trama escrita por Azevedo desnuda a sociedade maranhense, e brasileira em geral, expondo o preconceito racial nutrido pela elite branca dominante em relação aos negros e seus descendentes. Em toda a obra o autor se opõe ao regime de escravidão e aos abusos sofridos pelos escravos, assim como à maneira de enxergar as pessoas pela da cor da pele que as mesmas possuem. Percebe-se, nos personagens, a clara preferência pelas pessoas de cor branca e classes mais altas, o que caracteriza uma crítica velada do autor em relação ao preconceito racial. O que se pode observar na citação a seguir:

Maria Bárbara tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrúpulos de sangue. Quando falava nos pretos dizia: “Os sujos” e quando se referia a um mulato dizia: “O cabra”. [...] tinha grande admiração pelos portugueses, dedicava-lhes um entusiasmo sem limites, preferia-os em tudo aos brasileiros. Quando a filha foi pedida por Manuel Pedro, então principiante no comércio da capital, ela dissera: “Bem! Ao menos tenho a certeza de que é branco!” (AZEVEDO, 2007, p. 9; 10).

O fragmento acima evidencia como o colonialismo e suas ações deixaram fortes marcas na cultura e na sociedade das ex-colônias. Percebe-se a posição de inferioridade relegada ao negro e ao mestiço, bem como o preconceito racial em relação a eles, instituído de maneira a separar a classe dominante dos dominados. O negro, assim como o mestiço, fruto das intensas relações humanas advindas das práticas colonialistas, sofreram de diversas formas as iniquidades sociais devido as suas origens étnicas, sendo-lhes, ao longo da história, atribuídos termos pejorativos que revelam a hipocrisia humana do racismo.

Para além do preconceito racial, notam-se no romance críticas veladas às instituições sociais impostas aos povos brasileiros pelo domínio da metrópole europeia, como por exemplo, a Igreja Católica, que por vezes, em nome de seus objetivos em uma sociedade amplamente escravocrata, não mede esforços para penalizar aqueles que se desviam de seus preceitos, desrespeitando qualquer valor humano. Observa-se isso na figura do Padre Diogo:

E não se lembra como isso ofende a Deus por vários modos? Ofende porque desobedece a seus pais; ofende porque agasalha no seio uma paixão reprovada por toda a sociedade e principalmente por sua família, e ofende, porque com semelhante

união condenará seus futuros filhos a um destino ignóbil e acobardado de misérias! Ana Rosa esse Raimundo tem a alma tão negra quanto o sangue! Além de mulato, é um homem mau, sem religião, sem temor de Deus! É um pedreiro livre! É um ateu! Desgraçada daquela que se uniu a semelhante monstro! (AZEVEDO, 2007, p. 160).

O personagem do padre Diogo apresenta-se na narrativa como clérigo marcado pela hipocrisia. Sem honrar sua posição, torna-se assassino. Suas atitudes são totalmente sem escrúpulos e deixam claro o seu preconceito em relação aos negros e seus descendentes. Sua fala no trecho acima revela a suposta ideia de superioridade da raça branca e de marginalidade da raça negra. Sobre isso Césaire (1978, p, 15) afirma:

[...]neste domínio, o grande responsável é o pedantismo cristão, por ter enunciado equações desonestas: cristianismo= civilização; paganismo= selvajaria, de que só se podem deduzir abomináveis consequências colonialistas e racistas, cujas vítimas haviam de ser os índios, os amarelos, os negros.

No campo das relações sociais e raciais, o negro escravizado em terras estranhas foi tratado como um ser animalesco e bestial. O cristianismo europeu denominava como selvagens aqueles que não possuíam religião. Dessa forma, esses povos africanos foram associados a aspectos negativos, a figuras monstruosas, como se vê no fragmento do texto de Azevedo.

Em última análise, o enredo de *O Mulato* denuncia também a questão da figura feminina exposta às raízes do patriarcado e do colonialismo. A personagem Ana Rosa, que após a morte de Raimundo, casa-se com Dias e tem três filhos, embora desafie as doutrinas sociais ao lutar inicialmente por seu amor, termina por ceder aos preceitos do patriarcalismo que impõem à mulher o casamento e a finalidade de procriação, assim como os ditames das instituições dominantes. O romance em seu desfecho quebra todas as ilusões românticas e mostra um retrato real da sociedade oitocentista, marcada pelo domínio da burguesia capitalista e pelos resquícios do projeto imperialista de colonização e aquisição de poder que, conseqüentemente, impõe àqueles a quem subordinou a base da pirâmide econômica e social do país.

Envolto numa atmosfera abolicionista, Aluísio Azevedo deu preferência em suas obras a temas como o preconceito racial, os vícios da sociedade, o adultério, as classes humildes e subalternas (os escravos, a classe operária), o anticlericalismo, as tradições da província, as conseqüências do capitalismo desenfreado, como o aumento da população e, conseqüentemente, o aumento de núcleos habitacionais sem a qualidade devida, como os cortiços e as casas de pensões. Além disso, aborda em alguns de seus livros que não tiveram

tanto destaque, como os que pertenceram a fase naturalista, a temática amorosa e sentimental. Os personagens das tramas de Azevedo são representações de figuras do cotidiano que possuem ao longo de seus enredos a finalidade de desmascarar a hipocrisia social.

Em suas narrativas, o escritor faz uso de técnicas descritivas que garantem ao leitor uma impressão latente da realidade, a exemplo da descrição de minúcias relativas a personagens, a lugares, tempo e cenas. Os detalhes descrevem a vida rotineira dos habitantes brasileiros que vão desde os descendentes europeus até os nativos e africanos escravizados e os povos que deles descendem.

Preocupado com a vida pública de sua época e as mazelas sociais impostas pelo poder provinciano, é comum encontrar nas páginas azevedianas o indivíduo exposto à miséria, ao preconceito de raça e de classe e às fatalidades de uma sociedade injusta. Grupos minoritários, como os escravos, são representados em suas obras ocupando posições inferiores e discriminadas, descritas assim no intuito de satirizar a discriminação social enquanto construto social. Essa questão está exemplificada no romance *Casa de Pensão* (1884):

Veio à questão enquanto madraceavam os escravos ultimamente. Mme. Bizard jurou que não havia vida melhor do que a deles; disse que Amâncio fizera mal em consentir que um negro andasse por aí tanto tempo, sem lhe prestar contas; quando, alugado, lhe podia dar de rendimento pelo menos quarenta mil réis mensais (AZEVEDO, 1973, p. 186).

No romance fica claro o tratamento de inferioridade concedido aos negros, os quais prestavam toda espécie de serviços aos seus donos, serviam de garçom, moleque de recado, criado, possuíam vasta utilidade, mas em nenhuma delas ocupava lugar de sujeito, pelo contrário, era sempre objeto de uso do dominador, como se vê na fala de Mme. Bizard ao se referir ao rapaz de pele negra que servia de pajem a Amâncio, personagem central do enredo. Na verdade, “Uma boa parte dos indivíduos negros que perambulavam pelas ruas do Rio ficcional era constituída de escravos de ganho, isto é, escravos de famílias brancas [...]” (FRANÇA, 1998, p. 84-85). Nas páginas literárias, por algumas décadas os negros figuraram ocupando lugar de inferioridade, ocupando posições como a de escravos que realizavam serviços para famílias brancas que insistiam em desvalorizá-los, como é exemplificado no trecho de *Casa de Pensão* citado acima.

O mesmo caráter discriminatório se pode observar em outro romance de Azevedo intitulado *Filomena Borges* onde a preferência por criadagem de cor branca é característica marcante da protagonista Filomena. A respeito disso, dizia ela:

Para a cozinha preferia um chim; para o serviço da copa um inglês, um *groom* legítimo, e para sua criada grave alguma cousa de francesa ou russa ou espanhola, uma criada, enfim, que não fosse de cor [...] (AZEVEDO, 1960, p. 47).

Como se depreende do fragmento acima, outra figura presente na sociedade oitocentista era a da dama de companhia, geralmente uma criada de cor negra que servia suas donas. Porém, as famílias mais abastadas, europeizadas pela metrópole colonizadora, que embebecidas pelo preconceito racial desprezavam a figura do negro, preferiam ter em suas casas criados estrangeiros na tentativa de parecerem ter mais prestígio no meio social.

Boa parte dos textos de Azevedo mostra sua indignação em relação à ideologia burguesa de supremacia racial. Bonnici (2005) comenta que a burguesia nacional é a elite social, geralmente de número reduzido, que começa a existir a partir do colonialismo. Essa classe social toma para si uma ideia de superioridade, herança da cultura do colonizador. Dessa forma, entende-se que Azevedo critica também as práticas coloniais e seu sistema de poder imperial. Essa posição anticolonialista assumida pelo autor revela seus anseios pelo reconhecimento de grupos étnicos e sociais que foram colocados à margem da sociedade, mas que contribuíram significativamente para a formação e o crescimento de inúmeras nações.

Sobre Azevedo, afirma Alfredo Bosi (2006, p. 188):

Seja como for, nos seus altos e baixos, Aluísio foi expoente de nossa ficção urbana nos moldes do tempo. O hábil tracejador de caricaturas nas folhas políticas do Rio precedeu o autor do *Mulato* e ensinou-lhe a arte da linha grossa que deforma o corpo e o gesto e perfaz a técnica do *tipo*, inerente à concepção naturalista da personagem.

Bosi enfatiza a habilidade azevediana de retratar tipos humanos comuns, mostrando sua realidade cotidiana, seus costumes, falhas, iniquidades e mediocridades. Sob uma ótica naturalista e póscolonialista suas narrativas são, portanto, de viés realista e carregado em tintas satíricas, compondo para a ficção brasileira um indispensável legado.

A literatura, ao longo dos anos, adquiriu *status* de grande importância para a compreensão da história de muitos povos. Como manifestação artística elucida questões sobre a cultura, a economia, a política, a ideologia entre outros aspectos da sociedade. A obra literária exhibe forma e conteúdo, para tanto, é necessário entender que as maneiras de produção e análise de uma obra assumem contornos diferentes de acordo com o período histórico a que estão ligadas. Para os estudos póscoloniais, por exemplo, a literatura passou a ser analisada, de modo mais sistemático, sob pontos de vista que permitem que se perceba o quanto ela tem sido utilizada como um instrumento de disseminação das ideologias de classes, de raças, de povos, de impérios, de gênero, por exemplo (DIAS, 2011). Literatura e relações

sociais, portanto, se entrelaçam e passam a ser registro e testemunho de um povo, sendo texto e contexto ao mesmo tempo importantes, não devendo haver privilégio de um em detrimento do outro.

O aspecto social da obra de Azevedo contribuiu para a compreensão do momento histórico que presenciava a sociedade de sua época. O movimento abolicionista estava no centro dos debates, a ameaça ao fim da monarquia era constante, o espírito republicano se inseria no pensamento, principalmente daqueles que almejavam se desvencilhar cada vez mais das raízes coloniais.

O auge de seu empenho naturalista e de suas críticas sociais vem com a publicação de *O cortiço* (1890), objeto de análise do próximo capítulo. Esta narrativa possui inúmeros personagens com comportamentos distintos, raças distintas, classes diferentes, onde se veem retratados problemas e mazelas sociais de ordens diversas, num ambiente onde se pode enxergar metrópole e colônia, dominado e dominador. Essa obra é considerada por muitos críticos como um documento histórico, um retrato da sociedade brasileira que mostra desde o cotidiano das classes populares até a vida da burguesia em ascendência.

A pena satírica de Azevedo, portanto, não possui apenas veio abolicionista quando se refere ao processo de colonização. Para, além disso, nota-se o forte questionamento às políticas eurocêntricas de dominação e subjugação. Pode-se dizer que, de certa forma, ao criticar o tratamento da sociedade em relação às classes menos favorecidas e às pessoas de raça negra, Aluísio Azevedo empreendeu uma tentativa de recuperação da voz e da identidade do subalterno.

3. RELAÇÕES COLONIAIS EM *O CORTIÇO*

3.1 Visões narrativas e espaços coloniais

No que se refere à crítica literária brasileira, poucos são os trabalhos que enveredam pela estética póscolonialista. No entanto, um olhar mais aguçado sobre o cânone brasileiro revela inúmeras possibilidades de releituras que, feitas a partir de reflexões e ideologias póscolonialistas, evidenciam aspectos importantes da literatura do povo brasileiro, inscritos pelo colonialismo, tais como o silêncio de raças consideradas inferiores (ex.: os negros), sua forma de revide, o emudecimento dos povos nativos (indígenas) e suas contestações, a mulher exposta à dupla colonização etc.

Nesse sentido, uma releitura – no sentido técnico do termo na perspectiva póscolonial – do romance brasileiro *O Cortiço* sob o viés póscolonialista, embora pareça inusitada, constitui-se como importante ferramenta de compreensão do contexto brasileiro e das relações coloniais presentes na produção literária dos povos submetidos à colonização pelas potências europeias.

Entende-se por releitura póscolonial a forma como são feitas leituras de textos literários que revelam as ideologias do dominador e as estratégias do processo colonial, buscando mostrar aspectos como a resistência de povos dominados (escravos, índios) e objetificação dos mesmos, as facetas do poder colonial e a tentativa de recuperação da identidade por parte do Outro colonizado. Said (2011) afirma que:

Quando voltamos ao arquivo cultural, começamos a relê-lo de forma não unívoca, mas em *contraponto*, com a consciência simultânea da história metropolitana que está sendo narrada e daquelas outras histórias contra (e junto com) as quais atua o discurso dominante (SAID, 2011, p. 102).

Rer ler textos - aplicando-lhes análises póscolonialistas - de culturas que passaram pela experiência da colonização é uma estratégia que permite novas abordagens, indo de encontro ao discurso hegemônico metropolitano, evidenciando, por vezes, a realidade cultural e política de muitas sociedades como é o caso da crítica ao regime escravagista presente em *O Cortiço*.

Considerada a obra prima de Aluísio Azevedo, *O Cortiço* tem como enredo central a vida cotidiana de inúmeras figuras que convivem em uma habitação coletiva (o cortiço)

situada no Rio de Janeiro. São observados tipos como o de João Romão, português ambicioso que para alcançar seus objetivos utiliza os meios mais sórdidos como o furto e a exploração de sua companheira, a escrava Bertoleza. Juntos constroem uma estalagem com 95 casas que viria a ser chamado de cortiço. Há também o comerciante Miranda, que se estabelece no cortiço, juntamente com sua família, e desperta a inveja de João Romão por possuir uma posição social mais elevada. Os dois tornam-se uma espécie de inimigos e, por fim, comungam do mesmo desejo de ascensão social e enriquecimento. Destacam-se também outros personagens, tais como, a mulata Rita baiana e o capoeirista Firmo, os portugueses Jerônimo e Piedade. Há entre eles uma enorme intriga, visto que Jerônimo e Rita mantêm um relacionamento, traindo seus companheiros, o que resulta em tragédia. Por fim, destacam-se figuras secundárias como Pombinha, Leocádia, Valentim, Leandra (machona), Leônia, Marciana, dona Isabel etc, que são de relevante importância para a narrativa.

É importante considerar, para fins de análise, observações a respeito da instância narrativa escolhida por Azevedo para o desenrolar do enredo. A obra é narrada em terceira pessoa, de modo que o narrador possui total conhecimento das ações incluindo passado, presente e até mesmo do futuro. A esse tipo de narrador denomina-se heterodiegético. A perspectiva narrativa passa pelo próprio narrador. Sobre isso afirma Reuter (2002, p. 75-76):

Nesta combinação o narrador pode a priori dominar todo o saber (ele é “onisciente”) e dizer tudo. Como Deus no tocante à sua criação, ele sabe mais do que todas as personagens, conhece os comportamentos e também o que pensam e sentem os diferentes atores, podendo sem problema estar em todos os lugares e dominar o tempo: o passado, mas também de certa maneira o futuro.

Em *O Cortiço* a visão do narrador não passa pela perspectiva de nenhuma personagem, embora não participe da história, ele possui poder absoluto sobre a narrativa, conta tudo a partir de sua visão. Distante do mundo ficcional, a onisciência permite ao narrador revelar os pensamentos dos personagens e descrever fatos e opiniões.

A perspectiva naturalista permite ao narrador não usar máscaras, de modo que ele faz uso ao longo do romance de todas as ferramentas que caracterizam um naturalismo bruto, cru, abordando abertamente temas polêmicos, sobretudo para a sociedade da época, tais como, sexo: “E gozou-a, gozou-a loucamente, com delírio, com verdadeira satisfação de animal no cio” (AZEVEDO, 2012, p. 23). Através de uma linguagem simples, o narrador dá às cenas uma impressão nítida de realidade, característica marcante da estética naturalista, que enfatiza o erotismo como instinto e elemento da personalidade humana.

O narrador de *O Cortiço* possui inúmeras faces. Ele assume ao longo da obra um tom de crítica. Desta forma, percebe-se que não há apenas uma exposição da história, uma vez

que, em determinados momentos, é visível que o narrador abandona a imparcialidade e imprime em suas falas juízos de valores e opiniões. No início da narrativa ao descrever o relacionamento do português Miranda e de sua esposa adúltera, Estela, o narrador faz uma crítica velada ao patriarcalismo e seus preceitos, o que se pode observar na citação a seguir:

Ainda antes de terminar o segundo ano de matrimônio, o Miranda pilhou-a em flagrante delito de adultério; ficou furioso e o seu primeiro impulso foi de mandá-la para o diabo junto com o cúmplice; mas a sua casa comercial garantia-se com o dote que ela trouxera, uns oitenta contos em prédios e ações da dívida pública, de que se utilizava **o desgraçado** tanto quanto lhe permitia o regime dotal. Além de que, um rompimento brusco seria obra para escândalo, e, segundo a sua opinião, qualquer escândalo doméstico ficava muito mal a um negociante de certa ordem (AZEVEDO, 2012, p. 21; grifo nosso).

O regime dotal foi comumente utilizado pelo sistema patriarcal. Nesse tipo de regime o marido recebia do responsável por sua esposa um ou mais bens para que tivesse subsídios para o início da vida conjugal. No trecho acima, o narrador deixa clara a sua posição antipatriarcalista ao criticar a forma como Miranda (um desgraçado) tirava seu sustento à custa dos bens da esposa, e como era dependente da instituição familiar tão importante para a sociedade patriarcal daquela época, a ponto de conviver com a esposa adúltera só para manter as aparências e sua posição social. Não concorda com a opressão a que homens e mulheres vivem quando são submetidos ao casamento por interesse.

Em outra situação o narrador reproduz por meio do discurso indireto livre a fala do personagem Miranda, revelando a discriminação racial do homem europeu em relação ao ser humano de cor da pele escura:

Posto que lá na Rua do Hospício os seus negócios não corresse mal, custava-lhe a sofrer a escandalosa fortuna do vendeiro ‘aquele tipo! um miserável, um sujo, que não pusera nunca um paletó, e que vivia de cama e mesa com uma negra! (AZEVEDO, 2012, p. 29).

De forma sutil o narrador expõe o preconceito dos povos brancos em relação aos negros. Os europeus consideravam a si uma raça superior e aos escravos, mulatos e descendentes como pertencentes a uma raça inferior, sem prestígio e que, portanto, não mereciam reconhecimento social. Para Said (2007, p. 34)

[...] o principal componente da cultura europeia é precisamente o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa: a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus.

Ainda no fragmento da obra citado logo acima é possível observar que o narrador, ao mencionar a relação entre João Romão e Bertoleza, satiriza a condição da mulher duplamente colonizada pelo patriarcado e pelo colonialismo. Sendo alvo do olhar discriminante de grupos sociais hegemônicos, Bertoleza é condicionada à cultura patriarcal vigente, uma vez que é absolutamente entregue a João Romão, que impõe sua autoridade masculina no que concerne às relações sociais, efetivando seu pulso opressor. Por outro lado a escrava não possui o mínimo acesso ao poder ou a autonomia. Pelo contrário, é usada como meio econômico para enriquecer o colonizador.

O narrador, sem dúvida, embora se queira imparcial, é, portanto, de fundamental importância no que concerne aos aspectos coloniais presentes na obra. Usa ao longo da narrativa metáforas que remetem ao império e à colônia, como utiliza repetidas vezes a palavra “terra” para se referir a Portugal: “ Jerônimo viera da terra, com a mulher e uma filhinha ainda pequena tentar a vida no Brasil [...]” (AZEVEDO, 2012, p. 57). Jerônimo representa a figura do colonizador português, que ainda envolto em ideologias imperialistas, busca na colônia uma maneira de crescer economicamente, ou seja, é a metrópole requerendo para si os frutos da terra colonizada. Da mesma forma utiliza as palavras: naufrago e pátria europeia que metaforicamente remetem ao contexto histórico de colonização e expansão do domínio europeu, onde os portugueses embarcavam para o Brasil (a “nova” terra “descoberta”) com objetivos econômicos e também como forma de assegurar o domínio colonial, deixando para trás sua pátria, mas valorizando-a como superior acima de tudo.

Por meio do mesmo recurso metafórico o narrador faz surgir nas páginas do romance figuras características do período colonial. Quando usa os termos: escravos, cativos, faz uma nítida associação aos negros trazidos da África em navios negreiros para trabalhar no Brasil como mão de obra barata e que permaneceram por muito tempo sofrendo os horrores da escravidão, sem possuir liberdade ou prestígio social, mantidos como cativos por senhores tendo sua liberdade comprada (ao adquirirem a carta de alforria) ou até a abolição da escravatura. Outros tipos das colônias também podem ser identificados no discurso do narrador, como o mulato (fruto da miscigenação de raças brancas e escuras), o capoeira (imagem da cultura africana) que imprimem à obra um tom de denúncia ao regime colonial que dominou, explorou e oprimiu inúmeras civilizações, como a dos nativos e a que viria a ser conhecida como brasileira.

Em determinados pontos do romance, a entidade narrativa, na pessoa do narrador, coloca metrópole e colônia lado a lado, disputando superioridade nas figuras de Jerônimo e Firmo: “Entanto, no meio de uma nova roda incitada pelo povo, o português e o brasileiro

batiam-se” (AZEVEDO, 2012, p. 121). Desta vez o narrador usa claramente os dois adjetivos “português” e “brasileiro” como sinônimo de colonizador e colonizado. Agora, ao invés de uma relação de submissão do segundo para com o primeiro, existe uma luta entre ambos por seus ideais.

À medida que a história se desenvolve, o narrador parece levar o leitor a ficar diante do encontro colonial, dentro daquela habitação coletiva, de povos da metrópole imperialista (portugueses, italianos, franceses) e os povos da colônia (mulatos, escravos, mestiços, brasileiros). Vê-se na obra tanto elementos da cultura estrangeira (fados, títulos, vinho) quanto da cultura nacional (cantigas, quitutes do norte, vatapá, toadas, pagode). Têm-se a partir da visão narrativa a representação das relações de poder onde o elemento europeu explora o Brasil e o elemento brasileiro é submetido à exploração e inferiorização. João Romão e Bertoleza, por exemplo, constituem uma metáfora de dominador e dominado. A sociedade brasileira dos anos 80 é de certo modo filtrada e exposta nessa obra que é, sem dúvida, de viés contestador, uma vez que Azevedo opõe-se o romance inteiro a qualquer forma de opressão e dominação, exploração humana ou territorial como forma de empreendimento financeiro para possibilitar riquezas ao colonizador e conseqüentemente a metrópole.

Em se tratando de espaço o romance pode apresentar dois tipos de espaço marcadamente relevantes: o *espaço social*, que abriga personagens, tipos ou figuras que pertencem a um contexto crítico e tem a finalidade de expor e denunciar as mazelas sociais. Há também o *espaço físico* que é responsável pela descrição do ambiente em que se configura a ação. No romance naturalista faz uma pintura histórica do meio e dos ambientes sociais. Para Said (2011, p. 140):

A apropriação da história, a historicização do passado, a narrativização da sociedade, que dão força ao romance, incluem a acumulação e diferenciação do espaço social, espaço a ser usado para finalidades sociais.

Em narrativas cujo espaço social é usado para fins de crítica aos exageros sociais, a discriminação, as desigualdades, o discurso é carregado de referências históricas e sociais, histórias reais de nações reais, cuja identidade é reclamada nas páginas desses romances.

Ora, o empreendimento imperial visava principalmente à perspectiva do lucro e de aquisição e desfrute dos atrativos que as colônias ofereciam. Para alcançar tais objetivos inúmeras práticas foram desenvolvidas pelos colonizadores, tais como, a emigração e imigração de povos, a escravidão, o deslocamento, a subjugação etc. Posto isto, Said (2011) afirma que:

Subjacentes ao espaço social estão territórios, terras, domínios geográficos, as escoras geográficas concretas da luta imperial, e também cultural. Pensar em lugares

distantes, colonizá-los, povoá-los ou despovoá-los: tudo isso ocorre na terra, em torno da terra ou por causa da terra. A posse geográfica efetiva da terra: em última análise, é disso que trata o império (SAID, 2011, p. 140-141).

A ideologia imperialista de poder e controle real assumem para além dos aspectos sociais uma postura de controle territorial. Geograficamente as terras conquistadas garantiram à metrópole imperial a ampliação de seus domínios. Essa noção de espaço contribui para a compreensão das investidas e consequências imperiais na representação do mesmo em romances. De acordo com Said (2011, p. 134): “os romances são pinturas da realidade seja no estágio bem inicial ou final da experiência do leitor com a literatura”. Portanto, constituem matéria importantíssima para a compreensão de espaços como metrópole e colônia.

Ao fazer referência à noção de espaço e de relações coloniais é necessário frisar-se a importância de dois termos: *espaço metropolitano* e *espaço colonial*. O primeiro faz referência ao espaço ocupado pelos colonizadores e o segundo ao espaço ocupado pelos colonizados. Nesse sentido a ideia de espaço é indiscutivelmente um ponto importante a ser analisado em *O Cortiço*, uma vez que o próprio título da obra sugere uma noção de lugar ou de espaço. Na obra azevediana tanto os espaços em que se passam as ações quanto os espaços que são mencionados no texto apresentam um elevado grau de relevância para a compreensão das relações coloniais e das raízes imperialistas fincadas na sociedade brasileira enquanto colônia.

Embora haja a presença de outros espaços como a Rua do Ouvidor, o bar Garnizé, entre outros, o enredo da obra concentra-se principalmente em dois espaços: a habitação coletiva chamada de cortiço, pertencente a João Romão, e o sobrado que ficava ao lado do cortiço, propriedade de Miranda. A “Estalagem de São Romão”, como era chamado o cortiço, abrigava pessoas de diferentes personalidades e etnias. Situada no bairro de Botafogo no Rio de Janeiro, essa habitação coletiva exhibe o retrato das camadas mais populares da sociedade carioca da época, de modo que figuras como estrangeiros de diversas nacionalidades, brasileiros de diferentes classes sociais e trabalhistas, tais como, operários, lavadeiras, comerciantes, escravos, policiais etc convivem entre si e mantêm intensas relações.

No decorrer da narrativa percebe-se que o cortiço figura como uma espécie de personagem, uma vez que de maneira personificada apresenta-se como um organismo vivo, que nasce, cresce e se transforma, possuindo, portanto, uma história. Para muitos críticos o próprio cortiço assume o papel de protagonista da história, característica muito comum ao naturalismo, que valoriza o meio em que estão inseridas as pessoas. Para Bosi (2006, p. 190) o cortiço é “a personagem mais convincente do nosso romance naturalista. Existe o quadro:

dele derivam as figuras”. A fala do narrador no trecho a seguir é testemunha de tais afirmativas:

Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas. [...] Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo. Como que se sentia ainda na indolência da neblina as derradeiras notas da última guitarra da noite antecedente, dissolvendo-se à luz loira e tenra da aurora, que nem um suspiro de saudade perdido em terra alheia (AZEVEDO, 2012, p. 38).

A descrição narrativa do fragmento acima confere ao cortiço características humanas como: acordar, sentir, dormir. Nessa e em outras partes do romance, o cortiço adquire certa existência enquanto personagem, o que contribui para a compreensão de como o espaço representa na obra um cenário rico em análises.

Em última análise percebem-se no cortiço, enquanto espaço, intensas relações coloniais que se desenvolvem num contexto póscolonialista, onde há metonimicamente a representação da metrópole imperial buscando explorar e adquirir riqueza, o que é exemplificado na figura de João Romão e de outros europeus que figuram o romance. Nessa perspectiva, vale destacar um espaço secundário presente na obra que possui relevante importância: a pedreira da qual João Romão é dono, e na qual muitos moradores do cortiço trabalham. Ela expressa os ideais imperialistas que ainda permanecem no pensamento do europeu que possui o desejo de explorar os recursos naturais da colônia (Brasil), favorecendo sua ascensão econômica. O espaço da ideologia dominante é constantemente criticado na obra.

O segundo espaço que merece destaque no romance é o sobrado de Miranda, personagem que, ao longo de quase toda a narrativa, faz oposição a João Romão, deixando as “picuinhas” de lado só apenas na ocasião em que o cortiço deixa de ser Estalagem São Romão e passa a ser Avenida São Romão (após o incêndio, resultado da briga entre habitantes do São Romão e do “cabeça-de-gato”, havendo a necessidade de uma intensa reforma). Inicialmente, o português João Romão é visto como inferior por se associar publicamente a uma negra, mas como posteriormente ele passa a planejar desfazer-se de Bertoleza e empreende uma ascensão econômica, Miranda passa a ver João Romão com outros olhos e cogita a hipótese de aceitar seu casamento com a sua única filha.

A casa do comerciante Miranda representa toda a superioridade concedida às classes mais altas da sociedade burguesa e capitalista. Ali, seus moradores levam uma vida diferente das camadas marginalizadas da população. Seu habitat oferece conforto e segurança, é o oposto do cortiço, embora existam diferenças entre o casal Miranda e Estela, ambos não

abandonam a estrutura hierárquica do patriarcado. Nesse espaço é possível identificar as raízes da colonização europeia fincadas na colônia brasileira, que trouxeram consequências como a inferiorização dos povos escravizados. Vê-se isso na forma como é composta a criadagem da casa de Miranda, todos são descendentes de escravos: mulatos, negros, mestiços. Estes desempenham papéis típicos do universo colonial.

O personagem do velho Botelho, também presente nesse espaço, é uma típica figura colonial: “Fora em seu tempo empregado do comércio, depois corretor de escravos; contava mesmo que estivera mais de uma vez na África negociando negros por sua conta” (AZEVEDO, 2012, p. 33). Botelho figura na obra como objeto de crítica ao sistema escravista, ao preconceito de cor e às formas de racismo geradas pelo imperialismo e seus desdobramentos. O Brasil na visão de Botelho é uma “terra que, na sua opinião, só tinha uma serventia: enriquecer os portugueses [...]” (AZEVEDO, 2012, p. 34). O sobrado de Miranda oferece, portanto, um panorama da superioridade econômica e social da metrópole imperial em detrimento da colônia (o cortiço), colocada à margem.

Outros espaços são mencionados na obra que podem ser distinguidos em espaços internos, que remetem à colônia, e espaços externos, que se referem à metrópole. A metrópole é representada nas referências a lugares como Portugal, Europa, “a terra”: “começou a receber alguns gêneros diretamente da Europa: o vinho, por exemplo, que ele dantes comprava aos quintos nas casas de atacado, vinha-lhe agora de Portugal” (AZEVEDO, 2012, p. 27). Observa-se que nesse fragmento da obra a colônia, na figura do colonizador (o português João Romão), contribui para a ampliação dos interesses econômicos da metrópole, acentuando o valor dos produtos europeus e rebaixando os produtos nacionais.

A colônia é evidenciada nas menções a lugares nacionais como Bahia, a Corte (Rio de Janeiro), e o próprio Brasil. A África é mencionada também como sinônimo de colônia que ofereceu ao domínio imperial seu principal fruto, seu povo escravizado. Isto posto, ao analisar *O Cortiço* numa perspectiva póscolonial, percebe-se que os espaços estão intimamente ligados a questões de identidade sejam elas raciais, nacionais ou classistas. Ao associar-se ao contexto político e social da época, a obra dá lugar a vozes subalternas (de classes oprimidas, dos povos de pele escura oprimidos pelo imperialismo e colonialismo, da mulher duplamente oprimida pelo patriarcado e pelo colonialismo), conferindo a elas um discurso de subversão das relações coloniais e das formas de dominação e poder impostas pela metrópole.

3.2 Relações de gênero

Além do espaço, outros pontos são fundamentais para uma análise póscolonialista de *O Cortiço*. As relações de gênero, por exemplo, expostas na narrativa reproduzem regras, valores, comportamentos sociais, políticos e ideológicos assumidos pela figura feminina e a masculina ao longo da história, principalmente no contexto brasileiro da época. Vale ressaltar que o estudo de tais relações vem se destacando nos debates tanto dentro quanto fora do universo literário.

No caso de *O Cortiço*, é correto afirmar que homens e mulheres assumem posturas contrárias as ideologias românticas, saem do mundo sentimental e aparecem como homens e mulheres reais em situações reais do cotidiano. Identifica-se tanto a figura feminina patriarcal, quanto as que subvertem o modelo social hegemônico, assim como pode se observar a figura do colonizador no homem da metrópole e a do colonizado nos personagens tipicamente brasileiros. No entanto, antes que se faça uma análise mais detalhada das relações de gênero presentes na obra, serão tecidas algumas considerações sobre a temática do gênero para que haja uma melhor compreensão das relações existentes entre homens e mulheres dentro das páginas literárias ou fora delas.

É relevante destacar que o conceito central de gênero está intimamente ligado à vertente de estudos feministas. Tendo a mulher como objeto de estudo, os críticos feministas deram às questões que permeiam as relações entre homem e mulher uma maior abrangência e maior enfoque. A introdução do conceito de gênero nos estudos literários foi crucial para estabelecê-lo como categoria de análise, o que ocorreu apenas da década de 1980.

Sobre a concepção central de gênero, pode-se afirmar que ela envolve dois aspectos: o primeiro, se refere a características biológicas do indivíduo responsáveis por diferenciar o masculino de feminino; o segundo, diz respeito à orientação sexual, assim como o papel social do indivíduo na sociedade. Levando em consideração aspectos históricos, culturais e sociais, determinadas significações de gênero o apontam como fenômeno construído nas intensas relações sociais, responsável por reafirmar a importância dos grupos humanos em seus contextos culturais. Assim, por se relacionar a hierarquias e valores sociais, a relação gênero/sexo corrobora com a discussão das questões que envolvem noções de ideologia e desigualdades sociais, enfatizando a representação dos indivíduos dentro de uma esfera social e as relações de comportamento entre os sexos. A respeito das relações de gênero, Costa e Bruschini (1992) afirmam:

[...] Como o gênero é relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social, o conceito de relações de gênero deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama esta na qual as relações de gênero tem lugar (COSTA & BRUSCHINI, 1992, p. 103).

Gênero enquanto categoria de análise tem se destacado cada vez mais no meio acadêmico. Assim, as relações de gênero, por conseguinte, tem consolidado o seu lugar nas atividades literárias levando em consideração as relações sociais às quais estão diretamente ligadas.

As informações mencionadas acima são relevantes no sentido de que permitem um melhor entendimento das relações de gênero presentes na obra em estudo. Aluísio Azevedo discute em seu romance a opressão que indivíduos de raças escuras e mulheres compartilham, sendo essas promovidas pela ideologia dominante do poder imperialista e pelo patriarcado. Escrito em um período de profundas transformações históricas e sociais, *O Cortiço* reflete o panorama abolicionista da sociedade da época, portanto, é nítido o questionamento e a subversão de aspectos e valores sociais por parte do autor.

São retratados, no romance, perfis de homens que remetem a metrópole e caracterizam figuras que fazem referência ao período colonial e póscolonial com objetivos capitalistas. João Romão, Miranda, Jerônimo, Botelho, todos são portugueses que vieram ao Brasil com o intuito de explorar as terras e, por meio delas, adquirir riqueza. João Romão é o típico europeu que expõe a mentalidade patriarcal e imperialista. Em sua relação com Bertoleza ele é opressor e dominador, uma vez que explora o trabalho humano oferecido pela escrava com quem vive “amigado”. Desde o início da narrativa é fácil perceber como se define a relação entre ambos, quando o narrador descreve a forma como João Romão administra as economias de Bertoleza na seguinte frase: “Ativo e passivo de Bertoleza” (AZEVEDO, 2012, p. 18). Subentende-se nessa colocação que a relação entre eles seria de intenso controle e dominação, vê-se nela uma metáfora onde João Romão representa o colonizador e Bertoleza representa a colônia. Bertoleza é objetificada pelo colonizador, não possuindo autonomia e estando sujeita as demandas do dominador João Romão que explora seu trabalho humano para ascender economicamente e socialmente.

Miranda é outro português que veio ao Brasil com finalidades econômicas. “[...] o Brasil era uma cavalgada carregada de dinheiro, cujas rédeas um homem fino empolgava facilmente [...]” (AZEVEDO, 2012, p. 30). Com ideais imperialistas, Miranda, que se achava esperto, “pensara fazer-se senhor do Brasil” (AZEVEDO, 2012, p. 30), porém não enriquecera explorando as riquezas naturais brasileiras, mas à custa de seu casamento com

Estela que, a seu ver, não passava de uma mulher sem escrúpulos e sem virtudes. Mesmo sabendo do adultério cometido pela esposa, manteve-se atrelado ao vínculo conjugal por interesses sociais.

Jerônimo representa a figura do europeu que vem ao Brasil e encanta-se com as belezas e atrativos nacionais. Casado com Piedade, ele veio de Portugal para o Brasil porque vira nessa colônia uma oportunidade de ascensão. Ambos viviam numa relação conjugal baseada nos preceitos patriarcais de superioridade masculina e submissão feminina, até que Jerônimo foi contratado por João Romão para trabalhar na pedreira e, mudando-se para o cortiço, viu-se atraído pela beleza e sensualidade da mulata Rita Baiana: “Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui” (AZEVEDO, 2012, p. 78). No trecho a seguir o narrador descreve o pensamento de Jerônimo a respeito de Rita Baiana:

[...] ela era o calor vermelho das sextas da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra planta; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traiçoeira [...] (AZEVEDO, 2012, p. 78).

No fragmento acima a mulata Rita baiana, elemento brasileiro, é comparada no pensamento do homem estrangeiro com aspectos da colônia ou com a própria colônia (Brasil). Ela cativa no português anseios e sensações que despertam em seu íntimo a vontade de possuí-la, como outrora quis o estrangeiro possuir as terras brasileiras. O sentimento de desejo e atração de Jerônimo será retribuído futuramente por Rita, o que fez com que o português abandonasse a família e assassinasse Firmo, seu então companheiro, para que pudessem ficar juntos. O personagem que é comparado pelo narrador a Hércules por sua coragem e força de “touro”, passa por uma intensa metamorfose ao longo da narrativa, abandonando seus costumes e sua honestidade, deixando-se corromper pelo meio, uma típica representação do homem europeu que se “rebaixa” ao abandonar os valores e costumes europeus para assumir comportamentos daqueles considerados típicos das colônias.

Outro personagem importante é o mulato Firmo; ele representa o homem da colônia, com típicas características consideradas brasileiras. Ele é descrito pelo narrador com ênfase ao fato de ser capoeirista, de gostar de samba, cavaco, viola. É um boêmio da corte que se divertia tocando e cantando músicas típicas da cultura nacional como o chorado baiano, a “música crioula” como caracteriza o autor. Tais aspectos do homem colonizado representam o

enaltecimento dos valores e da cultura brasileira e subvertem os padrões da metrópole imperialista.

Azevedo retrata também perfis de mulheres envoltas nos paradigmas da sociedade patriarcalista e imperial, assim como outras que subvertem as normas e padrões. Nesse sentido mulheres da colônia e da metrópole são representadas tanto como sujeitos silenciados, como altamente subversivas.

Ao longo da história o personagem negro figurou nas páginas literárias vinculado a uma imagem de inferiorização e marginalização. As mulheres negras, principalmente, foram retratadas muitas vezes na perspectiva do olhar opressor que lhe atribuiu estereótipos negativos. Este fato está intimamente ligado às raízes da colonização que trouxe para muitas nações o cenário da escravidão, gerando a discriminação social e o preconceito racial.

A personagem Bertoleza de *O Cortiço* é o exemplo da mulher silenciada, submissa. Na condição de escrava mantinha um relacionamento com um português que morrera deixando-a sozinha. Na ocasião, João Romão lhe prestou ajuda e com um interesse maior, visto que a escrava possuía uma força notável para o trabalho, lhe propôs morarem juntos e a mesma aceitou. “[...] feliz em meter-se de novo com um português, porque, como toda cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior a sua” (AZEVEDO, 2012, p. 18). Desta forma Bertoleza sai do jugo de um senhor e passa para o jugo de outro, mantendo-se subserviente. No trecho citado percebe-se a crítica profunda do autor a suposta superioridade da raça branca, Bertoleza é, portanto, submetida a uma dupla colonização, sendo oprimida pelo patriarcado e pelas demandas coloniais. É caracterizada muitas vezes no decorrer da narrativa como um animal forte que estava sempre a trabalhar. Enquanto João Romão aparecia bem vestido ela estava sempre suja e suada porque trabalhava diariamente sem domingo nem feriado, como um verdadeiro animal. O comerciante explorava-a como um colonizador explora a colônia. No final da narrativa, Bertoleza comete suicídio preferindo a morte ao invés da escravidão.

Percebe-se nessa personagem a crítica do autor ao sistema imperial que se imbuíu de silenciar determinados sujeitos e determinadas classes consideradas inferiores. Numa análise póscolonial, Bertoleza representa o sujeito colonial emudecido, uma vez que um olhar sobre a obra em questão revela a quase inexistência de fala da personagem, salvo algumas vezes no discurso do narrador e no final da narrativa, momento em que ela percebe que está sendo colocada de lado por João Romão e em sua fala requer seus direitos sobre tudo que ambos construíram, o que caracteriza uma forma de subversão por parte da escrava. Seu suicídio é

também uma maneira de subversão, onde o poder do colonizador é contestado e Bertoleza recupera sua voz, sua subjetividade e sua identidade.

O comportamento de Estela, a mulher de Miranda, não é nada semelhante ao de Bertoleza, embora estivesse presa às raízes patriarcais que prezam a família e o casamento como padrões sociais. Ela não se sentia à vontade com tal situação, criticando tais preceitos: “Desgraçadamente para nós, mulheres de sociedade, não podemos viver sem o esposo, quando somos casadas; de forma que tenho de aturar o que me caiu em sorte, quer goste dele quer não goste” (AZEVEDO, 2012, p. 36). Nobre e adúltera, D. Estela utiliza o sexo como arma de subversão dos valores impostos pela sociedade, porém vê-se obrigada a manter os laços conjugais para manter seus status e sua imagem social.

Ao contrário de Bertoleza que é caracterizada como feia e suja, a personagem Rita Baiana é uma mulata sensual, atraente, que desperta desejos. Essa é uma imagem da mulher negra muitas vezes veiculada pela visão do colonizador, em que a sexualidade posta como símbolo feminino inferioriza o sujeito de cor escura, atribuindo-lhe status de simples objeto sexual, sem virtudes ou valores. O que se pode observar no fragmento abaixo:

E toda ela respirava o asseio das brasileiras e um odor sensual de trevos e plantas aromáticas. Irrequieta, saracoteando o atrevido e rijo quadril baiano, respondia para a direita e para a esquerda, pondo à mostra um fio de dentes claros e brilhantes que enriqueciam a sua fisionomia com um realce fascinador (AZEVEDO, 2012, p. 62).

O trecho acima evidencia a forma como o corpo de Rita baiana é erotizado, apontando a sua sensualidade baiana como elemento brasileiro. Por outro lado, pode se afirmar que a maneira como a personagem é apresentada inicialmente pelo autor caracteriza-se como uma forma de subversão. Diferente de D. Estela e Bertoleza, Rita é uma mulher independente, livre que não é subordinada a nenhum tipo de jugo. O desenrolar da narrativa mostra Rita ao lado de Jerônimo, no papel de sua mulher, o que a torna submissa e dominada pela figura do português.

Em relação à Piedade, mulher de Jerônimo, ela é o exemplo dos padrões sociais de mulher passiva, submissa ao poder masculino. A portuguesa vivia para servir ao marido, cozinhava para ele as comidas típicas de sua terra para agradá-lo, lavava suas roupas, estava sempre a prestar-lhe serviços e sempre pronta a lhe obedecer. Em sua descrição não há sinônimo algum de sexualidade, o oposto de sua oponente Rita Baiana, por quem foi traída e, em seguida, trocada.

Outro tipo curioso é Pombinha, filha da portuguesa D. Isabel. Ela tem suas características assemelhadas à fragilidade; essa imagem da mulher é bastante comum em

relações patriarcais onde o homem representa a força e o poder e a mulher possui sinônimo de vulnerabilidade, apta apenas a servir seu esposo e cuidar das tarefas domésticas. O casamento de Pombinha, tão idealizado pela mãe, com João da Costa representa uma metáfora do casamento por interesses econômicos e sociais, por ser o rapaz do círculo comercial, D. Isabel via nele uma chance de ambas, mãe e filha, terem de volta o prestígio social que possuíam antes da morte do patriarca. No entanto, após casar-se com o rapaz, Pombinha subverte os valores patriarcais ao trair o marido e, em seguida, tornar-se uma prostituta.

Na obra em análise muitas figuras femininas têm suas características comparadas a animais, o que demonstra a presença de uma tinta antirromântica e alto teor naturalista, conforme analisa Bosi (2006). “A franzina Neném escapa “como enguia” dos rapazes; Paula, a cabocla mandingueira, tem “dente de cão”; a mulatinha Florinda, “olhos luxuriosos de macaca”. É essa uma crítica a forma como muitas vezes as imposições sociais desumanas transformam os seres humanos em verdadeiros selvagens.

Diante do exposto, observa-se que Azevedo utiliza diferentes aspectos das relações coloniais para criticar a maneira como povos de classes baixas são relegados à inferioridade e expostos as mais cruéis formas de preconceito. Critica as limitações de gênero e classe a que homens e mulheres são submetidos, oferecendo um panorama bastante rico da sociedade brasileira da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Cortiço pode ser considerado um romance póscolonial. Uma análise sob essa perspectiva abre novos horizontes para literaturas que até então não são vistas sob esse enfoque, mas que são nitidamente póscoloniais. Embora existam textos importantes e autores de renome numa literatura amplamente madura como a brasileira, sua projeção mundial é mínima comparada à produção literária de países estrangeiros, como a Inglaterra ou a França. Uma investigação assim oferece meios para que se evidenciem as críticas de autores que fogem as normas opressoras da sociedade, retratando em suas obras verdadeiras sátiras contra a ultrajante colonização.

É nesse sentido que é pertinente a análise do romance de Azevedo à luz dos estudos póscoloniais, uma vez que nele são representados tanto o sujeito colonial como o colonizador, mostrando a inferioridade e subalternidade de alguns povos, assim como a subversão de valores tidos como absolutos, dando ao sujeito póscolonial, por meio da narrativa literária, a oportunidade de recuperação de sua voz, denunciando as infâmias do imperialismo, caracterizadas, por exemplo, na figura de João Romão, português que vem às terras brasileiras para adquirir fortuna e a adquire por meio da escravização de Bertoleza, que representa o típico sujeito póscolonial, subalternizado.

O cortiço, além de exaltar as características nacionais, exhibe o preconceito racial para com os povos de raça escura, postos à margem pelo poder hegemônico da metrópole imperial. Azevedo conheceu o panorama histórico da escravização e da luta abolicionista de perto, o que contribuiu para a inclusão de aspectos críticos e subversivos em sua obra. Vale destacar que Azevedo não expõe em sua obra ser de acordo com nenhuma forma de opressão, pelo contrário, seus ideais de liberdade são facilmente percebidos, tanto que a personagem Bertoleza no final da narrativa, ao saber que João Romão havia forjado sua carta de alforria, sendo ela ainda uma escrava de seus senhores, opta pelo suicídio para não ter que viver novamente os horrores da escravidão.

Assim, embora não tenha sido analisado até agora sob o enfoque póscolonial, *O Cortiço* traz a tona por meio das referências às figuras, espaços e relações coloniais, um cenário onde povos marginalizados são expostos às inúmeras formas de dominação, tendo sua cultura e sua raça desqualificadas, sendo relegados a condição de Outro num universo capitalista e opressor, advindo das demandas imperiais.

Nesta obra, a maioria dos personagens brancos, portugueses, que vieram da Europa e que caracterizam a figura do colonizador, apresentam-se imbuídos pelo preconceito, tentando

a todo custo afirmar a ideia de superioridade que possuem sobre si mesmos. Para eles os negros e seus descendentes pertencem a uma classe inferior, sendo sua figura não considerada como socialmente aceitável. Para Miranda, por exemplo, o relacionamento com pessoas de pele escura apresenta-se como característica negativa, visto que em seu olhar de colonizador os sujeitos coloniais que outrora foram escravos ou ainda o são devem ocupar posições inferiores como a de serviçais e nada além disso.

Por meio da análise póscolonialista pode-se perceber a possibilidade tanto de construção como de desconstrução do discurso colonialista. Em seu romance, Azevedo utiliza relevantes estratégias que subvertem o discurso do imperialismo e do patriarcalismo, como por exemplo, a ironia. Tanto João Romão quanto Miranda adquirem riqueza explorando mulheres, João Romão explorando o trabalho escravo de Bertoleza e Miranda usufruindo do dote de sua esposa brasileira.

No geral, em romances como esse da literatura brasileira são acentuadas as características que remetem ao romantismo, ou ao naturalismo, ou à sociologia. No entanto, a análise aqui proposta buscou elucidar as relações coloniais em que frequentemente o Sujeito/colonizador cria o Outro/colonizado, fazendo surgir estereótipos de inferioridade e ideologias de superioridades. Numa sociedade que sofreu os efeitos do colonialismo, dificilmente há quem escape do inquisidor poder colonial. Desta forma analisar romances de autoria brasileira como *O Cortiço*, *O Guarani* (José de Alencar), entre outros, se constitui como importante ferramenta de investigação de sociedades submetidas à hegemonia dominante das classes abastadas. Portanto, essa pesquisa abre inúmeras possibilidades de análises póscoloniais para a literatura brasileira.

REFERÊNCIAS

- ASCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (eds). *The post-colonial studies reader*. New York: Routledge, 2004.
- AZEVEDO, Aluísio. *O Mulato*. São Paulo: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda, 2007 (Coleção Clássicos da literatura).
- AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. 8ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- BERND, Zilá; LOPES, Cícero Galeno (orgs). *Identidades e estéticas compósitas*. Porto Alegre/ Canoas: Centro Universitário Lá Salle/ Porto Alegre: PPG- Letras UFRGS, 1999.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. 4ª reimpressão. Trad. De Myrian Ávila. Belo Horizonte UFMG, 2007.
- BOEHMER, Elleke. *Colonial & postcolonial literature*. New York: Oxford University Press, 2005.
- BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de literatura*. Maringá: UEM, 2000.
- BONNICI, Thomas. *Conceitos-chave da teoria pós-colonial*. Maringá: UEM, 2005a (Coleção Fundamentum, no. 12).
- BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialista. Bonnici, Thomas; Zolin, Lúcia Ozana (orgs). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 2ª ed. Maringá: Eduem, 2005b.
- BORA, Zélia M; RODRIGUES, Hermano de F. (orgs). *Viajantes, naufragos, piratas, exilados e escravos*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012 (Coleção Todas as letras, no. 11).
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Caminha: a notícia do achamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 2002.
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário de relações étnicas e raciais*. Trad. De Diná Klev. São Paulo: Summus, 2000.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. De Noêmia de Sousa. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- DIAS, Daise Lilian Fonseca. *A subversão das relações coloniais em O morro dos ventos uivantes: questões de gênero*. 2011. Tese (Doutorado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. De Maria Adriana da Silva caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Imagens do negro na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998 (Coleção tudo é história: n. 151).
- GETZ, René E. *Max Weber & Karl Marx*. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- GUIMARÃES, Sérgio. *Classes, raças e democracia*. 34º ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- KATRAK, Ketu H. Decolonizing culture: toward a theory for post-colonial women's texts. IN: ASCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (eds). *The post-colonial studies reader*. New York: Routledge, 2004.
- LOOMBA, Ania. *Colonialismo/Postcolonialism*. Longon: Routledge, 1998.
- MEYER, Susan. *Imperialism at home: race and Victorians Women's fiction*. London: Cornell University Press, 1996.
- MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western eyes: feminism scholarship. In: ASCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (eds). *The post-colonial studies reader*. New York: Routledge, 2004.
- REUTER, Yves. *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Trad. Mário Pontes. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- RUFFATO, Luís. *Questão de pele*. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2009 (Coleção língua franca).
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Botmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANTOS, Luíz Carlos. *Antologia da poesia negra brasileira: o negro em versos*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.
- SPIVAK, Gayatri C. "Can the subaltern speak?" IN: WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (eds). *Colonial discourse and post-colonial theory*. New York: Columbia University press, 1994a.
- WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura (eds). *Colonial discourse and post-colonial theory*. New York: Columbia University press, 1994a.
- WISKER, Gina. *Key concepts and postcolonial literature*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.